

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**INTERSECCIONALIDADE, RAÇA E DEFICIÊNCIA:  
ESCREVIVÊNCIAS DE UMA PESSOA NEGRA AUTISTA**

ALINE TAVARES DE SOUZA RODRIGUES

LINHA DE PESQUISA: SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E EXCLUSÃO  
SOCIAL

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Niterói, RJ

2024

ALINE TAVARES DE SOUZA RODRIGUES

INTERSECCIONALIDADE, RAÇA E DEFICIÊNCIA:  
ESCREVIVÊNCIAS DE UMA PESSOA NEGRA AUTISTA

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia da Universidade Federal  
Fluminense e à Banca Examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Luiza Rodrigues de Oliveira

Niterói, RJ

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**INTERSECCIONALIDADE, RAÇA E DEFICIÊNCIA:  
ESCREVIVÊNCIAS DE UMA PESSOA NEGRA AUTISTA**

**ALINE TAVARES DE SOUZA RODRIGUES**

**LINHA DE PESQUISA: SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E EXCLUSÃO  
SOCIAL**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Luiza Rodrigues de Oliveira (orientadora - UFF)**

---

**Marcia Oliveira Moraes (membro interno - UFF)**

---

**Abraão de Oliveira Santos (membro interno - UFF)**

---

**Aline Gomes da Silva (membro externo – INES)**

## AGRADECIMENTOS

À Alice e Duda, meus pais... é difícil falar de vocês sem me emocionar, pois são pessoas maravilhosas que seguem me ensinando coisas importantes que não se encontram nos textos ou discursos acadêmicos. Por todo amor, incentivo e cuidado.

À professora Luiza Oliveira, por acolher meu projeto e minha história, pelos dois anos de trabalho repletos de respeito, atenção e partilhas inesquecíveis. Pelo feliz caminho que trilhamos juntas aqui.

Ao professor Abraão Santos e professoras Marcia Moraes, Marivete Gesser e Jonê Baião, pelas disciplinas que foram fundamentais para encaminhar sentidos nesse trabalho e na minha vida.

À professora Leda Maria Martins, com sua sabedoria e afeto. Por acolher minha história e pela oportunidade única de fazê-la reverberar em outro espaço, através da arte.

Aos colegas de turma das disciplinas de Subjetividade e Deficiência, Temas de Pesquisa V, Subjetivação e Formação Social Brasileira e Práticas Psi: Oralidade e Subjetividade. Pelo sentido de comunidade, partilhas e afetos.

Ao Victor, meu afilhado. Por preencher minha vida com amor e sorrisos.

À Miuga, que conheci no dia em que fiz a prova do IFRJ há 6 anos. Pela nossa amizade que segue firme como o sonho daqueles que tanto nos inspiram. Por todo amor, incentivo e visitas aos museus.

Às amigas que a música sul-coreana me trouxe, em especial Sharleny, amiga para toda vida. Por todo amor, escuta, desabafo e incentivo para que eu pudesse caminhar mais um dia na universidade com passos mais firmes.

À espiritualidade. Por todo amor e cuidado desde sempre, até mesmo quando eu não sabia sobre mim.

À Conceição Evaristo e Patricia Hill Collins, pelas contribuições que fortalecem minha vida e, conseqüentemente, minha escrita.

*In memoriam* de Maria Vilma Tavares de Souza, minha vó que partiu no ano em que essa escrita se fez. E cujas últimas palavras só eu ouvi.

“A escrita é uma elaboração onde o escritor decide o quê e de que modo vai contá-la”

Leda Maria Martins

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado vem com o propósito de evidenciar e discutir as relações existentes entre deficiência e raça. A partir do sentido de interseccionalidade proposto por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge e utilizando a metodologia da escrevivência de Conceição Evaristo, costuro os conceitos a partir da minha trajetória como uma pessoa negra e autista. Ao resgatar memórias vividas no cotidiano e também no que diz respeito à trajetória acadêmica, é possível observar que o sentido de escrevivência vai se alargando, se mostrando ferramenta fundamental para a produção de uma epistemologia que dê conta das vivências e saberes do povo negro e com deficiência, auxiliando na construção de identidade, acessibilidade e ativando o exercício de uma escrita que carrega consigo uma experiência coletiva, permitindo a compreensão de que é preciso estar em comunidade pois, quando escrevo sobre mim, escrevo o nós. Assim, contando minha história interpelo, pela interseccionalidade e pela escrevivência, meu lugar de formação, a psicologia, historicamente imersa em modos de produção de saber eurocentrados, brancos, masculinos e sem deficiência.

**Palavras-chave:** raça; deficiência; interseccionalidade; escrevivência; psicologia; autismo.

## ABSTRACT

This dissertation aims to highlight and discuss the relationships between disability and race. Based on the sense of intersectionality proposed by Patricia Hill Collins and Sirma Bilge and using Conceição Evaristo's *escrevivência* methodology, I weave the concepts based on my trajectory as a black and autistic person. When rescuing memories experienced in everyday life and also with regard to the academic trajectory, it is possible to observe that the sense of *escrevivência* is expanding, proving to be a fundamental tool for the production of an epistemology that accounts for the experiences and knowledge of black and disabled people, helping in the construction of identity, accessibility and activating the exercise of writing that carries with it a collective experience, allowing the understanding that it is necessary to be in community because, when I write about myself, I write we. Telling my story I question, through intersectionality and *escrevivência*, my place of formation, psychology, historically immersed in an eurocentric, white, male and non-disabled modes of knowledge production.

**Keywords:** race; disability; interseccionalidade; *escrevivência*; psychology; autism.



## SUMÁRIO

<i>As histórias que me trouxeram até aqui</i>	p. 10
<i>Objetivos</i>	p. 21
<i>Suleando o pensamento</i>	p. 22
<i>A escrita como ação que nasce para o coletivo</i>	p. 36
<i>Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre escrevivência e raça</i>	p. 39
<i>O fazer metodológico: a escrevivência para pensar o mundo-vida</i>	p. 50
<i>Deficiência, raça e educação: cruzamentos a partir de uma vivência negra e autista</i>	p. 56
<i>O autismo não tem cara: reflexões sobre o diagnóstico a partir de uma perspectiva interseccional e escrevivente</i>	p. 65
<i>Palavras quase finais</i>	p. 78
<i>Referências bibliográficas</i>	p. 82
<i>Anexo</i>	p. 86

## *As histórias que me trouxeram até aqui*

No Brasil, mulheres, principalmente as negras, nem sempre puderam falar, escrever e quanto mais publicar sobre si mesmas. Tampouco tiveram suas vozes plenamente respeitadas por aqueles que delas falaram, escreveram e publicaram, em geral homens brancos (JAQUELINE GOMES DE JESUS, 2017, p. 9)

O pensamento posto na epígrafe desta introdução evidencia os silenciamentos e apagamentos de uma população que, ao contrário do que a chamada história oficial tenta afirmar, participou ativamente da construção da sociedade brasileira – as mulheres negras. Desfiar essa história que ainda é amplamente divulgada com trejeitos de verdade absoluta, única possível e forjada a partir do olhar branco, cisgênero, heteronormativo e neurotípico nos abre brechas para questionar os saberes hegemônicos e lançar mão de narrativas outras, capazes de dialogar com o nosso cotidiano.

Acho que é interessante aproveitar o começo desse percurso chamado dissertação para me colocar no texto e dizer o que me fez chegar aqui. Faço isso já com um sorriso no rosto por lembrar de uma frase da querida e saudosa professora Angela Coutinho que me dizia “*Esse não é o trabalho da sua vida... O trabalho da sua vida é viver*”, essa frase tinha – e ainda tem – um efeito tão poderoso quanto um chá de camomila com erva doce, me (re)organizando nesse mundo caótico onde tudo é imediato e sem abertura para meu modo de existir enquanto pessoa negra e autista.

A professora Angela era mulher negra e mais velha, ministrava a disciplina de Semiótica na especialização de Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras no Instituto Federal do Rio de Janeiro, em São Gonçalo. Para além disso, foi a primeira pessoa do meio acadêmico a estender a mão e abraçar minha escrita de modo tão afetuoso que me fez ver e sentir a produção de conhecimento de outra maneira, acenando para a possibilidade de fazer pesquisa de modo não endurecido, colocando em cena os afetos. Por esse motivo, penso a importância de construir essa escrita resgatando minha própria história, entrelaçando saberes advindos de mulheres negras com minha experiência vivida a partir das questões raciais e da deficiência.

Em 2014 completei o curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense. Hoje, uma década depois, penso naqueles anos de graduação com estranheza, angústia e um sofrimento que é difícil descrever. Eu não me via nos corredores, nas salas de aulas, nas referências bibliográficas, nos professores... Era uma sensação de não existir, de desimportância e, ao mesmo tempo, de tentar fazer parte daquele ambiente a todo custo. Antes de mais nada, é importante apresentar quem sou e minhas origens: me chamo Aline, meus pais são Alice e Duda, pessoas que me ensinam constantemente sobre coisas que nunca apareceram nos livros e debates da pálida universidade.

Fui criada com muita riqueza de afeto, cheiros, gostos e lembranças. Curada de vários resfriados graças aos xaropes de guaco da minha mãe, do alívio das dores de estômago após tomar o

“boldo socado” do meu pai... A vida fora de casa até poderia ser um pesadelo, mas do portão para dentro sempre encontrei amor e respeito, coisas que se manifestam em forma de cuidado, comida, criações a partir da madeira ou do ferro... Imagens, memórias que simplesmente não encontravam espaço dentro da universidade, fazendo com que eu (tentasse) criar uma Aline capaz de corresponder a esse cenário.

Digo essas palavras e acabo de recordar de uma cena, há muito tempo esquecida. Eu saí de casa, aqui no bairro do Gradim, São Gonçalo, num final de manhã bem quente, eu teria aula às 14 horas. Contava com apenas uma linha de ônibus para Niterói e a passagem era cara (hoje mais ainda), a solução era sair cedo para não me atrasar e ir a pé do terminal rodoviário até o campus Graoatá – um percurso cansativo, e ainda pior com o sol das 13 horas. Fiz o trajeto com um sapato tão desconfortável que hoje em dia não sei como conseguia calçar – quanto mais andar – mas a tentativa de corresponder à faculdade ia para além de só querer entender os textos – eu queria *parecer* com aquelas leituras vindas de outro continente.

Quando cheguei à universidade, fui ao banheiro lavar o rosto e alguns instantes depois entrou uma colega de turma, que reparou em mim e percebeu que meu pé estava sangrando, provavelmente pela hipossensibilidade por conta do autismo que não me deixou sentir o incômodo de imediato. Só fui me dar conta quando ela disse, mas não tive nenhuma reação. Lembro que ela pediu para que eu tentasse colocar o pé no lavatório e me ajudou a lavar o machucado, fez um chumaço com papel higiênico e tentou cobrir a região afetada. Era uma colega negra.

É importante dizer que naquela época eu não conseguia entender, ver que a falta das memórias e afetos dentro da academia era a razão de tanto desconforto e sofrimento. A universidade queria me fazer pensar que estava me formando para lidar com pessoas sem histórias, vindas de lugar algum, e aí a identificação não era possível, afinal de contas: me identificar com o quê? Hoje percebo que tudo ali se encaminhava dentro de uma manutenção de pensamento que colocava a branquitude, a ausência de deficiência como foco, e por isso a identificação também não seria possível. Quanto mais tentava corresponder a isso, maior era o sofrimento.

Relembrar a cena vivida no banheiro da universidade tantos anos e caminhos depois é impactante. Embora tenha ficado esquecida por algum tempo, sei que o fato dela ter vindo à tona no momento em que essa escrita acontece não é obra do acaso. Mesmo que o sentido de comunidade nunca tivesse encontrado espaço nos debates em sala de aula, ele se apresenta na experiência vivida, denunciando a frieza daquele ambiente... Talvez se tivessem entrado uma ou várias pessoas brancas naquela hora, eu não teria o acolhimento que minha colega negra proporcionou.

Resgatar essa imagem também me ajuda a entender a escrevivência a partir daquilo que até então acreditei ser tão desimportante por muitos anos: minha vida, minha trajetória. Para além de

compreendê-la como ferramenta de produção de conhecimento, a escrevivência me possibilita reencontrar lembranças e olhar para elas a partir de um lugar de potência, de construção de identidade. É nesse sentido que entendo esse instrumento como algo que está para tão além de um conceito teórico, pois toca diretamente na experiência vivida, no dar-se conta de que sou uma pessoa negra e autista. Me entender alguém com deficiência levou alguns anos, mas hoje, retomando os passos feitos para a obtenção do laudo, vejo o quão fundamental foi ter o amparo da comunidade negra.

Falarei sobre isso mais precisamente no último capítulo, mas nesse momento é válido adiantar que, embora ir em busca do laudo tenha sido um processo extremamente difícil, por vezes doloroso, encontrar relatos de autistas negros e indígenas me deu o fôlego necessário para que cada passo em busca do diagnóstico fosse dado. Eram histórias que eu via e me reconhecia nas redes sociais durante o período de isolamento social, pois embora estivesse cada um em suas casas e falando a partir de lugares distantes desse país, as experiências nos aproximavam.

É pensando nisso que, assim como a escrevivência, a interseccionalidade pulsa para além de um conceito epistêmico. Não havia uma experiência qualquer ou generalizada, pois tinham relação com diversos atravessamentos de raça, gênero, orientação sexual, classe social, faixa etária que traziam imensa identificação, aproximação e sentido de comunidade... foi a identificação com essas experiências que escapam completamente da visão comum e tão fechada do que é *ser autista* que me deu o “estalo”, o calor no peito que me fez querer ir atrás do laudo.

Foram anos consumindo uma infinidade de conteúdo europeu para tentar corresponder a esse lugar, no qual as questões de raça e da deficiência não pareciam – e agora acho no mínimo curioso pensar nas vezes em que me desloquei até a zona Sul do Rio para assistir algum filme francês por indicações dos professores para o debate da aula da próxima semana, ainda que o tema a ser discutido nada tivesse a ver com a minha realidade enquanto jovem moradora de São Gonçalo, residindo numa casa cujo asfalto da rua ainda era recente naquela época.

O ponto de virada se deu em 2016, eu estava em transição capilar e o processo acabou se tornando um hiperfoco, ou seja, algo que se tornou alvo de profundo interesse e conhecimento. Eu passava a maior parte do tempo pesquisando sobre cabelo crespo e cacheado, encontrei influenciadoras que discutiam sobre esse e outros temas voltados à afirmação e construção de identidade, até que em dado momento descobri a obra “*Tornar-se Negro: ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*”, da psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza (2021). Provavelmente esse foi o acontecimento mais marcante da minha vida naquele ano, junto com o álbum *Lemonade* da *Beyoncé* (2016), que eu sinceramente perdi as contas de quantas vezes escutei.

Dali em diante decidi me fortalecer em espaços marcados pelo acolhimento e resgate de vozes, corpos e ideias que até então estiveram mantidos em silêncio, escondidos. Falo em decisão por-

que entendi que muitos dos espaços em que estive presente antes não me queriam, se incomodavam com minha presença e eu sempre fiz esforços desgastantes para (tentar) ser aceita, sem perceber, esforços marcados por uma tentativa minuciosa de imitação de outros corpos/corpos brancos e neurotípicos e de mascarar minha deficiência a todo custo, custo esse que por muitas vezes quase paguei com a própria vida pelo desejo de não estar mais nesse mundo, já que nunca me vi pertencente a ele.

É necessário dizer que apesar de tudo, eu ainda não fazia ideia que era autista e tdah (sigla para o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), e só isso já é bem chocante, pois dá uma dimensão do sofrimento de muitos anos tendo que lidar e tentar aprender absolutamente tudo, desde entender que era necessário mastigar comidas sólidas após os 5 anos de idade até as questões de convivência que seguem me confundindo e desgastando bastante. Preciso lidar com essas situações porque fazem parte das demandas da vida, mas agora entendo a importância de construir afetos e estar onde posso me fortalecer e ser eu mesma, sem máscaras.

Em 2019 ingressei na especialização de Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras do Instituto Federal do Rio de Janeiro no *campus* São Gonçalo, marcando minha volta ao meio acadêmico após 5 anos desde o diploma da graduação. Não posso dizer que foi um momento fácil, não só pelas demandas que fazem parte desse horizonte de debates e leituras frenéticas, mas ter um espaço voltado para questões pertinentes à aplicabilidade da lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de África e cultura afro-brasileira, e resgate de autoras e autores que nunca estiveram presentes na minha trajetória foi muito importante.

Essa caminhada dentro do IFRJ me fez ver que é possível pensar uma outra academia. O *campus* era pequeno e contava com algumas plantações, de modo que eu saía de sala com meus colegas de turma e ia direto para o pátio buscar capim-limão para levar para casa, ou mesmo para preparar um chá para nossa próxima aula – que algumas vezes começava com uma verdadeira ceia de café-da-manhã, em que cada um ficava responsável por levar algo, incluindo os professores.

Pouco antes de dar meus últimos passos dentro do IFRJ eu tive a descoberta que, ainda que não me defina por completo, é uma das coisas que me constitui: entendi que sou autista e tenho o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, ou como prefiro dizer, sou tdah. Esses entendimentos trouxeram uma série de respostas que não obtive por 30 anos, explicações que vão do alívio à dor, além de colocar novas perguntas.

Como disse anteriormente, sempre me vi com certa desimportância, mas quando recebi o diagnóstico tive o entendimento do meu lugar, e isso fez crescer uma vontade absurda de escrever. O próprio processo de avaliação neuropsicológica e entrevista contou com essa ansia, sendo um perío-

do de muita reflexão e conversa com meus pais, rememorando histórias que iam desde o nascimento até acontecimentos recentes.

Não demorou para que o laudo fosse elaborado, pois transformei todas essas lembranças e diálogos em escritos que entreguei para a neuropsicóloga e, posteriormente, à psiquiatra. Foi um exercício agri-doce de fazer reviver lembranças por vezes dolorosas e confusas, mas que me trouxe força também, uma vontade grande de trazer essas cenas, torná-las visíveis, documentá-las a fim de dar sentido à vivência autista a partir da minha própria voz, da minha própria escrita negra e neurodivergente.

A apresentação do meu trabalho de conclusão de curso, ainda que *online* por conta da pandemia da COVID-19, contou com alguns recursos de acessibilidade para que eu pudesse expor minhas ideias sem a carga imensa de sofrimento que já era muito característica da minha vida no ambiente acadêmico. A minha fala não se dá de modo fluido, mas roteirizado, o que exige uma série de esforços redobrados e exaustivos para que seja possível verbalizá-la – sempre achei que essa dificuldade fosse algo comum para todas as pessoas.

Foi em meio a esse cenário pessoal que terminei minha jornada no IFRJ, escrevendo sobre o racismo epistêmico corrente no contexto brasileiro. O trabalho intitulado “*(In)visibilidade negra nas produções intelectuais e espaços acadêmicos: contribuições a partir do pensamento de Grada Kilomba*” (RODRIGUES, 2019) foi tecido a partir das ideias trazidas por Grada Kilomba (2019) em sua obra “*Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*”, cuja tradução para o português literalmente havia acabado de chegar ao Brasil, procurei discutir sobre os processos de (in)visibilização que afetam obras e saberes que não aparecem na história oficial, mas que tanto contribuíram e seguem contribuindo nas mais diversas áreas do conhecimento.

O trabalho de conclusão foi realizado sob o olhar atento e gentil da orientadora Angela Coutinho, que mencionei logo no início. A professora deixou o plano terrestre pouco depois da minha defesa, de modo que nossa última conversa se deu por telefone após minha apresentação. Nos despedimos em meio a um sentimento de gratidão, carinho e dever cumprido. Com sua voz doce e calorosa naquela noite de 29 de novembro de 2021, disse que eu estava pronta para ingressar o mestrado.

Assim aconteceu. Retorno para a UFF como estudante de mestrado, uma pessoa negra e com deficiência ocupando o programa de pós-graduação com o propósito de continuar e, ao mesmo tempo, concluir e trazer um novo contorno ao que foi possível iniciar de modo mais amplo na especialização. Enquanto alguém que se formou na psicologia, vejo a importância de trazer para o debate do racismo epistêmico os saberes que muito tem a contribuir para esse campo.

Historicamente, o meio acadêmico é um espaço branco e neurotípico que nega o privilégio de fala para pessoas negras e com deficiência. Por isso, a realização deste trabalho permite observar os efeitos de determinados silenciamentos e de que modo eles corroboram com a manutenção do racismo e capacitismo em nossa sociedade. A relevância da dissertação se dá por colocar em questão as formas de conhecimento que vêm sendo (re)produzidas, sobretudo na academia, visando captar quais as relações que envolvem as temáticas raciais, a neurodivergência e os modos de produção de conhecimento que falam a partir de uma leitura de mundo majoritariamente eurocêntrica, cisheteronormativa e sem deficiência. O encontro com o sentido de neurodivergência se deu a partir da minha busca pelo diagnóstico, ouvindo e lendo histórias de autistas, pessoas com déficit de atenção e hiperatividade e altas habilidades. Dessas vivências eu entendi o ser neurodivergente como uma postura que me posiciona enquanto condição em uma sociedade que é forjada a partir de um modo típico, normativo, de existir.

Esse entendimento, assim como minha construção enquanto autista e tudo que permeia essa condição, se fez a partir de uma coletividade, do encontro com meus pares, ainda que de maneira virtual, devido à pandemia da COVID-19, possibilitando trocas e descobertas que tocavam profundamente nas experiências vividas. Essas trocas foram ainda mais significativas com autistas não-brancos, negros e indígenas, cujas trajetórias eram perpassadas por experiências que dialogavam muito com as minhas. Talvez eu não tivesse me dado conta naquele primeiro momento, mas a interseccionalidade já estava ali presente, tecendo minha história a partir de outros sentidos que não apenas o da deficiência. É nesse lugar que venho percebendo interseccionalidade e escrevivência como ferramentas que não se dão de maneira isolada, estão juntas produzindo pertencimento, construção de identidade e estratégias de acessibilidade. Fazem sentido porque tocam nossas vivências.

Interseccionalidade e escrevivência caminham de mãos dadas, oferecendo pistas para uma produção de conhecimento que se faz por nós, jogando luz em nossas próprias histórias. Em uma palestra organizada pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ em junho de 2024, Patricia Hill Collins trouxe reflexões importantíssimas sobre um fazer intelectual comprometido com a vida. Comprometimento que mobiliza mudanças pois, como a autora colocou naquela noite, a crítica sem ação é vazia.

No trabalho intitulado “*Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça*” de minha autoria (2024), vislumbro interseccionalidade e escrevivência como métodos que potencializam sentidos e o compartilhar de saberes, sem apagar o percurso de quem escreve e de quem lê, vigorando-os. Dessa maneira, temos uma escrita “com sentidos, afetos, trocas e fortalecimentos, quebrando a dureza acadêmica que emperra o escre-viver” (RODRIGUES, 2024, p. 5).

Nesse sentido, encaminha-se a possibilidade de desconstrução de epistemologias hegemônicas, reconhecendo a importância de valorizar discursos plurais, que contribuam com o fortalecimento de reflexões para além daquelas que são incutidas como únicas possíveis.

Em 2005 a filósofa e escritora Sueli Carneiro trouxe contribuições importantes no que diz respeito ao apagamento de saberes considerados periféricos, trazendo o conceito de epistemicídio como

para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Tarefa difícil trazer o trecho acima sem lembrar dessa sensação de desimportância que me acompanhou por tantos anos no espaço acadêmico, e que por vezes emerge como uma espécie de sombra nos corredores ou salas de aula, pronta para arrancar minha voz, desqualificar minhas palavras e criar um malabarismo para distorcer meu posicionamento.

Um dos critérios diagnósticos do autismo é a dificuldade de comunicação, o que exige um esforço enorme de minha parte para que meu discurso seja compreendido. Percebo frequentemente o malabarismo interpretativo da academia como uma forma de se aproveitar dessa dificuldade de comunicação para perpetuar violência e retirar a presença de pessoas com deficiência sob a justificativa do “*Não entendi o que você quis dizer*” ou “*Mas não é bem assim*”. Como pontua Sueli Carneiro (2005), toda potencialidade intelectual é desconsiderada em função da diferença cultural/racial. Como podemos ver, a deficiência também integra esse aniquilamento.

Embora hoje em dia eu veja a importância de caminhar e produzir conhecimento dentro da academia, importância que vem sendo construída a partir da minha compreensão enquanto pessoa negra e da descoberta do meu espectro autista, sinto que a sombra do apagamento vai estar sempre rondando pelos cantos, a fim de deslegitimar minha existência e meu discurso. Essa escrita, no entanto, vem como um enfrentamento a esse ataque cruel.

Escrita que se constrói a partir de minhas vivências e encontros que trazem fortalecimento. Encontros que muitas das vezes ocorrem por meio da própria escrita, como na vez em que me deparei com o texto de Márcia Moraes e Camila Alves (2020) que acenam para a deficiência dentro da academia, que opera incessantemente para apagar sua vida e história. A fim de romper com esse



mecanismo, as autoras propõem o aleijamento desse espaço, exigindo que a universidade “fale dela, e não de nós, pessoas com deficiência. Que ela fale de suas opressões capacitistas que interferem na qualidade de nossa formação, agora e desde sempre” (MORAES; ALVES, p. 42, 2020).

Nesse sentido, aleijar o ambiente acadêmico vem como uma estratégia potente para pensar o modo como ele tem se relacionado historicamente com a deficiência, refletindo sobre seus próprios discursos e práticas. É um deslocamento que coloca a própria academia em xeque, ao invés de apenas tentar conceituar deficiência ou mesmo falar em nome dela.

Essa vivência dialoga com as reflexões que Aline Gomes da Silva, Luiza Oliveira e William Penna tecem no texto “*Oralidades e escrevivências: aterrando a pesquisa no encontro com a experiência vivida do povo negro*” (2023), trazendo luz a uma escrita que não se limita ou esgota em si mesma, com uma bagagem de histórias que se forjam na coletividade.

Dessa forma, vemos a valorização da oralidade, que se aconchega na escrita e contribui com o fortalecimento da vida, como aconteceu nos ricos momentos de troca que me constituíram enquanto negra, autista e talvez principalmente, uma pessoa que entendeu que a vida valia a pena ser vivida pois, apesar das dificuldades, não estou sozinha.

Essa compreensão fala muito do sentido de identidade que o texto coloca, sentido que se forja a partir da afirmação de filosofias “que não as ocidentais e brancas, mas as africanas, para as quais é preciso ‘tocar o nosso próprio rosto’ que nunca é individual”, afirmam Aline Gomes da Silva, Luiza Oliveira e William Penna (2023, p. 29). No encontro que se deu em agosto de 2024, no término da disciplina de *Práticas psi: oralidades e subjetividades* do programa de pós-graduação em psicologia da UFF, Conceição Evaristo nos diz a respeito da construção de uma outra história, que só se faz por nós, tecendo uma episteme que nasce de nossa própria experiência. Daí a importância de pensar a escrevivência nos espaços acadêmicos, pois essa academia que lida com conceitos e metodologias mergulhados em abstração e afastados da vida não nos servem. Não foram pensados por/para nós.

Tais reflexões dão elementos capazes de nos fazer compreender que não há como deixar a interseccionalidade fora do debate, uma vez que é algo importante para a promoção de justiça social. Compreender a deficiência como condição para a justiça social, para a inclusão e descolonização, assim como as temáticas raciais, acena para o protagonismos dessas vivências que são inseridas nas margens, reproduzindo desigualdade e apagamento.

Uma cena vivida no período da graduação em Psicologia ajuda a trazer a materialidade da escrevivência e interseccionalidade. A lembrança que tenho da relação com os colegas de turma é

de um convívio sem muitas dificuldades, embora fosse evidente o abismo que existia por se tratar de uma maioria vinda de outros Estados, com uma realidade completamente distante. Eles pareciam o que a gente chama de “*menina dos olhos*” de um perfil desejado pela academia, vindos de seus cursos preparatórios e até mesmo de escolas que tinham como foco o êxito no vestibular e nos cursos mais disputados.

Eu me sentia inferior, burra, inadequada. A facilidade com a qual os colegas *pegaram o jeito*, as práticas e todo aquele vocabulário acadêmico me impressiona até hoje. Entrei na psicologia em uma chamada posterior, cerca de 1 mês e meio depois, quando o primeiro semestre já estava em andamento. Saí da faculdade de Letras da UERJ, no pequeno *campus* de São Gonçalo para aquela imensidão da UFF. Foi um choque de realidade, os colegas que antes se pareciam comigo, eram totalmente diferentes nessa nova instituição.

Falavam em mestrado e doutorado, e eu ainda nem fazia ideia do que era isso. A tia de um dos colegas era psicanalista, ele tinha vindo de São Paulo para estudar e provavelmente retornaria ao Estado após a formatura, seguindo os passos familiares. Outro já tinha uma leitura sobre Foucault que chamava atenção dos colegas e dos professores, algo de fato admirável porque até hoje me confundo nos textos do autor – talvez pelo meu próprio pensamento rígido que não consegue entender exatamente como um homem vivido na França, num contexto específico e numa outra configuração de sociedade, pode ser aplicado ao ponto de dar conta do nosso horizonte brasileiro, tão diverso, complexo e repleto de apagamentos.

Enfim, foi complicado pegar o ritmo, de modo que minhas primeiras avaliações foram um fiasco e precisei, em pouquíssimo tempo, aprender o dialeto acadêmico e decorar o que os professores pareciam querer ouvir... Passei a tirar nota *boa* e, aos poucos, fui me adequando àquele ambiente.

É interessante o uso do termo *adequar*, pois me faz lembrar o *masking* – muito presente na vivência autista, sobretudo nas pessoas lidas como pertencentes ao gênero feminino no nascimento. Nada mais é do que uma tentativa de mascarar as características da deficiência, esconder quem se é para tentar, de alguma forma, corresponder ao esperado socialmente para não parecer esquisito, não perder oportunidades, não ser alvo de piadas ou sofrer algum tipo de violência.

O *masking* não necessariamente é algo que ocorre de modo ciente. A pessoa pode fazer sem se dar conta, observando modos e trejeitos dos outros, do que é lido como correto e ideal, para daí passar a imitar uma postura, (tentar) reproduzir um modo típico de ser – o que causa exaustão e sofrimento. Eu ainda não sabia estar dentro do espectro no período da graduação, mas estava lá tentando mascarar minha condição ao copiar o modo como os colegas falavam, comiam, andavam, sentavam – sobretudo as colegas do gênero feminino.

Somado a isso havia também a tentativa de intensificar ainda mais, se é possível colocar nesses termos, o processo de embranquecimento pelo qual vinha passando desde a adolescência – buscando copiar uma espécie de *brancura* que tanto via na universidade. Foram alterações na vestimenta, na textura e cor dos cabelos, tentativas de “fugir do sol”, pregadores no nariz e a busca cada vez maior para me familiarizar com o dialeto acadêmico, tão rebuscado e cheio de referências eurocentradas.

Esse conjunto de coisas foi me moldando à medida em que avançava na formação em psicologia, e tudo parecia caminhar bem para esse intuito, na medida do possível... É em meio a esse cenário que me lembro de um dia, sentada em uma sala de aula ainda vazia com outras duas colegas, que comentaram que meu *jeito* de andar era *estranho* – uma levantou e começou a caminhar sem mexer os braços, indicando que aquele era o modo como eu me movimentava e, por isso, era esquisito. Também comentaram que eu não esboçava nenhum tipo de reação ao falar algo que “exigisse” alguma emoção – como uma espécie de “robô”.

Honestamente, não recorro de nenhum tipo de deboche por parte delas ou tentativa de me constranger. Mas tenho forte, ainda, a sensação de ter sido “*pega no flagra*”, exposta por não ter conseguido incorporar suficientemente bem um certo modo de ser. Era preciso me esforçar mais porque era chocante ver que duas colegas haviam reparado – e aí talvez os outros também tivessem percebido e até comentassem entre si.

Hoje, acho que seria interessante poder responder que eu era daquela maneira apenas por ser autista mesmo. Não tenho mais como dizer para as colegas, mas não tem problema, falo para mim... tal como a raiz do meu cabelo outrora alisado, que insistia em crescer e aparecer, as características da minha deficiência também queriam se manifestar. Anos depois, aqui nesse momento, vejo nessa imagem a escrevivência e interseccionalidade de mãos dadas através de uma situação que até então estava perdida em algum canto da memória. Remexer nesse passado através do escrever me possibilita pegar essa lembrança e acolhê-la, entendendo-a como parte da minha identidade. Ao trazer a imagem à tona, fortaleço o meu eu de agora, reescrevendo meu passado para vislumbrar o amanhã.

É por isso que trazer a psicologia para esse debate, campo de onde falo e escrevo, é uma tarefa necessária para que seja possível tecer formas de cuidado e práticas efetivamente antirracistas e anticapacitistas. Nesse sentido, afirmo ainda autismo, raça e a formação em psicologia como marcas que me constituem, movimentando encontros, reflexões e fortalecimento.

Cheguei um pouco perdida no árido chão do programa de mestrado, embora meus pés já não bambeassem tanto porque a professora Angela muito me auxiliou nos primeiros passos da pós-graduação. Tomada pelas suas palavras de que o maior trabalho da minha vida era viver, fui dando

pequenos e firmes andares nessa nova caminhada, contando com o apoio do grupo de pesquisa Oralidades, vigorando essa trilha com afeto e fôlego para seguir em frente.

Nesse grupo escuto e aprendo histórias que me fortalecem. E foi justamente nesse encontro entre as histórias de colegas de pesquisa com a lembrança de minha orientadora Angela que fui entendendo que, se o trabalho da minha vida é viver, falar sobre minha história era/é o que me move, e o caminho que pretendo seguir no frio e árido chão da academia vai não em direção ao norte, onde estão as teorias que não dão conta da minha trajetória e englobam referenciais brancos e capacitistas, mas em direção ao sul, indo de encontro aos saberes e métodos que fazem funcionalizar a vida dos povos negros e em opressão.

## ***Objetivos***

### ***Objetivo geral***

A fim de tecer relações entre deficiência e raça, fui ao encontro do sentido de interseccionalidade proposto por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), e da escrevivência de Conceição Evaristo (2020), costurando os conceitos a partir de minha trajetória enquanto uma pessoa negra e autista, evidenciando interpelações possíveis ao meu campo de atuação profissional – a psicologia.

### ***Objetivos específicos***

- Discutir os conceitos de interseccionalidade e de escrevivência como ferramentas epistemológicas;
- Lançar mão do sentido de escrevivência trazido por Conceição Evaristo (2020), com intuito de resgatar minhas histórias dentro de um caminho que é do registro acadêmico mas também da formação subjetiva;
- Discutir raça e deficiência a partir do conceito de interseccionalidade, a fim de trazer visibilidade para as experiências vividas e saberes que escapam ao perfil branco, neurotípico e sem deficiência;
- A partir dos objetivos acima, interpelar a psicologia, observando o que promove autonomia e o que reitera opressão nos seus modos de produção de conhecimento e fazer pesquisa, a fim de propor práticas psis em conformidade com a agência das pessoas negras e das pessoas com deficiência.

## *Suleando o pensamento*

Gentes estranhas com seus olhos cheios doutros mundos  
quiseram cantar teus encantos  
para elas só de mistérios profundos,  
de delírios e feitiçarias...  
Teus encantos profundos de Africa.

Mas não puderam.  
Em seus formais e rendilhados cantos,  
ausentes de emoção e sinceridade,  
quedas-te longínqua, inatingível, virgem de contactos mais  
fundos.  
E te mascararam de esfinge de ébano, amante sensual, jarra  
entrusca, exotismo tropical,  
demência, atracção, crueldade, animalidade, magia...  
e não sabemos quantas outras palavras vistosas e vazias.

Em seus formais cantos rendilhados  
foste tudo, negra...  
menos tu.

E ainda bem.  
Ainda bem que nos deixaram a nós,  
do mesmo sangue, mesmos nervos, carne, alma, sofrimento,  
a glória única e sentida de te cantar  
com emoção verdadeira e radical,  
a glória comovida de te cantar, toda amassada, moldada,  
vazada nesta sílaba imensa e luminosa: MÃE  
(NOÉMIA DE SOUSA. Fragmento retirado de uma prova  
realizada no Instituto Federal do Rio de Janeiro em 2019)

Antes de falar a respeito da epígrafe que abre essa parte da escrita, quero explicar brevemente a escolha da expressão *Suleando o pensamento*, título do capítulo, e de que modo o utilizo aqui. Em todo momento da dissertação, e da minha vida, procuro ir de encontro aos saberes que dialogam com a vivência negra e autista. Por esse motivo, sulear nesse trabalho é uma ação, um enfrentamento à produção de saber branca, masculina, europeia e sem deficiência. Suleando eu intersecciono o pensamento, a partir das relações existentes entre raça e deficiência.

Ao procurar algumas folhas de estudo nas gavetas de meu quarto, (re)encontrei o poema acima. Poeta moçambicana, Noémia de Sousa nos resgata a importância e o enaltecimento de saberes, vozes, sentidos que afirmam forças que rompem com certo modo hegemônico de conhecer e estar no mundo. Eu não lia o poema *Negra* desde 2019. Ele fez parte de uma prova que fiz em uma disciplina intitulada Literaturas Africanas e Afro-brasileiras, durante meu processo de especialização no Instituto Federal do Rio de Janeiro, o IFRJ.

Reencontrar esse registro trouxe uma carga de força e um misto de sentimentos que, sinceramente, tenho dificuldade de pôr em palavras. Talvez porque seja algo da ordem do que não se encaixa em uma explicação formalmente elaborada, ficando no campo das sensações e memórias. Desde então carrego o poema em meu caderno de estudos do mestrado. Ele me fortalece, me reorganiza e reorienta no ambiente frio, duro e denso da academia.

Tem algo no poema, e em carregá-lo dentro do caderno, que se aproxima bastante daquilo que o professor Abrahão Santos (2024) traz a respeito do cosmodrama dentro do espaço acadêmico. Essa ferramenta capaz de evocar memória, forças “como as que auxiliavam quem descia ainda vivo do tumbeiro no centro comercial do Cais do Valongo, na Cidade do Rio de Janeiro; aquelas memórias da liberdade, da terra, de uma gente, de sabedorias” (SANTOS, 2024, p. 142). O cosmodrama se desvela então como uma tecnologia de vida, estratégia para transtornar “o funcionamento corriqueiro do espaço acadêmico pasteurizado” (SANTOS, 2024, p. 125), torcendo as forças coloniais que insistem em inferiorizar saberes aterrados.

É nesse sentido inclusive que considero que o poema dialoga muito bem com os aprendizados e trocas possibilitados pela disciplina cursada logo no primeiro semestre do mestrado, intitulada *Subjetivação e Formação Social Brasileira*, ministrada pelo professor Abrahão Santos, falando de como é urgente e fundamental ter um espaço dentro da universidade, ou ainda melhor, um conteúdo teórico voltado para o estudo dos conhecimentos contra-hegemônicos que historicamente estão fora da academia.

Utilizo as palavras “conteúdo teórico” e “disciplina” entendendo o peso que é construir e resgatar saberes negros e indígenas dentro de um espaço formal, pois a instituição acadêmica é um lugar de poder e, como muito bem nos lembra a psicóloga e intelectual Grada Kilomba (2019), é um espaço de violência.

Assim como *Negra*, de Noémia Sousa me mantém saudável e fortalecida para trilhar meus passos no chão acadêmico, os momentos de troca e compartilhamento de ideias proporcionados pela disciplina também me auxiliaram bastante nesse sentido. Em nosso último encontro, uma colega de turma comentou algo que até então não tinha parado para pensar, mas que fez todo sentido e concordo plenamente: nós sempre tivemos uma aula anterior, de outra disciplina, naquela mesma sala às quintas-feiras. Mas o conjunto de experiências e conhecimentos resgatados a partir do momento em que se iniciava o tema do dia em *Subjetivação e Formação Social Brasileira* nos preenchia de tal forma que a impressão era de habitar outro ambiente, ainda que a sala fosse a mesma.

Escrevo essas palavras pensando no passado. Há pouco mais de 10 anos caminhei pelo *campus* da UFF como estudante de graduação, trilhando o processo formativo para me tornar psicóloga, e as discussões que envolvem indivíduos marginalizados e saberes periféricos nunca se fizeram presentes em sala de aula ou mesmo entre os corredores da universidade... Inversamente proporcional a isso, me dar conta desse afastamento, dessa desterritorialização, me faz perceber que os saberes compartilhados nas disciplinas ministradas pelo professor Abrahão, professora Marcia Moraes, Leda Maria Martins e pelas professoras Jonê Baião e Luiza Oliveira se deram muito pela via do acolhimento no programa de mestrado – de modo que recordo as trocas em sala de aula com calor no coração e sentimento de saudade. Tenho as lembranças das aulas como fotografias tiradas pela memória, como aqueles registros familiares antigos que a gente encontra na gaveta e esboça um sorriso terno.

Me deparar pela primeira vez com uma turma com várias pessoas com deficiência. escutar suas histórias e ver ali a materialidade do “*Nada sobre nós sem nós*”, como foi no caso das aulas de *Subjetividade e Deficiência*, ministradas pela professora Marcia Moraes... relatar aos colegas de turma de Temas da Subjetividade V, oferecida pela professora Leda, a experiência inesquecível que tive ao ver um quadro do abolicionista Luís Gama numa exposição, seguida da informação de que ele possuía altas habilidades e do quanto aquilo me fortaleceu enquanto pessoa neurodivergente... a oportunidade de ler coletivamente Conceição Evaristo e Virgínia Bicudo, de modo que as autoras caminharam de mãos dadas durante todos os encontros da disciplina de *Práticas Psi: Subjetividade e oralidade*, ministradas pelas professoras Luíza e Jonê – Todos esses momentos são de uma riqueza e partilha de conhecimentos importantíssimos, fomentando um sentido de comunidade tecida pelo escrever, pelos tantos recortes interseccionais presentes, pelo cosmodrama que “rompia o funcionamento corriqueiro do espaço acadêmico pasteurizado e neutralizado na palidez de uma sala de aula” (SANTOS, 2023, p. 125).

Ao voltar o olhar para dez anos atrás, nos tempos de graduação, vejo que apesar de ter feito parte desse mesmo espaço dentro de um ponto de vista óbvio e burocrático – sendo aprovada nas etapas do vestibular e, posteriormente, recebendo um número de matrícula que me afirmava enquanto estudante da UFF – não me via pertencente a ele. Era sempre a sensação de estar do lado de fora, do desconforto, de ser um corpo estranho e até mesmo repulsivo, de não conseguir estabelecer relações com o ambiente em si, tão diferente do lugar onde moro e seus atravessamentos (São Gonçalo) e menos ainda com as discussões das disciplinas, sempre pautadas em referenciais brancos, masculinos, neurotípicos e europeus.



É um movimento interessante olhar para aqueles tempos, pensando o agora. Durante o mestrado, me deparei com algumas disciplinas pautadas por referenciais brancos... Nesses espaços, notei que a palavra “afeto” por vezes aparecia, mas de forma bastante curiosa. Um *afeto* diferente, que dizia respeito ao que nos mobiliza mas, honestamente, me chama atenção o fato de parecer se tratar de algo sem textura, frio, distante. Um tipo de observação que só foi possível fazer pela existência de espaços como os das disciplinas que mencionei antes, com professores e colegas desafiando a arquitetura e o linguajar acadêmico eurocentrado, viabilizando um sentido de afeto que, antes de tudo, realmente faz sentido, por ser caloroso e próximo da experiência vivida – e sem medo dessa aproximação, importante dizer.

Retornar a esse espaço como mestranda foi um desafio enquanto pessoa negra e com deficiência, já que a questão da exclusão social é uma realidade que se impõe todos os dias na minha vida em meio aos diversos obstáculos que a sociedade capitalista, racista e capacitista engendra a todo momento – não seria diferente dentro do ambiente acadêmico, que é também um espaço de poder. As disciplinas que quebraram com a dureza do solo acadêmico foram momentos de exceção e fortalecimento.

Sempre me vejo às voltas para habitar as salas de aula sem ser capturada pela ideia de uma performance neurotípica, que mascara e sufoca subjetividades de pessoas com deficiência – embora não seja amplamente discutida, tal performance também é marca presente no modo de produção do conhecimento hegemônico.

Mesmo com toda essa aspereza, eu retornei ao espaço acadêmico após alguns anos de formada. Em 2019 iniciei minha especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras no Instituto Federal do Rio de Janeiro, no *campus* São Gonçalo – minha cidade. Lá discuti sobre o racismo epistêmico no trabalho de conclusão de curso, me apoiando na noção de “máscara de silenciamento” trazida pela Grada Kilomba (2019). Naquele momento, tentei entender como esse instrumento do período colonial continua presente nos dias atuais, provocando o silenciamento de intelectuais e saberes negros. Agora, pela minha história, entendo a importância de interseccionalizar raça e deficiência.

Uma observação importante com relação a esse momento em minha vida foi o fato de que a tradução da obra de Grada Kilomba (2019), “Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano” havia acabado de ser lançada no Brasil e, por meio do *Winnieteca*, um projeto *online* que viabilizava doações de livros para pessoas negras dentro da rede social *twitter*, fui contemplada com

um exemplar... devo dizer que sem esse suporte, essa mobilização para o acesso à leitura da/para a comunidade negra, eu não sei o que teria sido possível construir.

A fase da especialização *lato sensu* foi muito importante, onde pela primeira vez eu consegui ver que a academia poderia ser constituída de outros saberes e formas – e afetos. O campus do IFRJ em São Gonçalo é pequeno, composto por árvores e verde de forma geral, além de ser relativamente próximo de minha casa. Todo esse conjunto proporcionou uma sensação de acolhimento que hoje guardo na memória com saudade.

Era muito comum sair das aulas com os colegas direto para o espaço próximo à biblioteca, onde a gente pegava capim-limão para levar para casa, ou mesmo para o preparo de um chá na cozinha do *campus* para ser compartilhado na aula seguinte. Lembro das manhãs de sábado, nas quais a disciplina só começava após uma bela mesa de café da manhã, montada a partir dos alimentos que a gente levava e partilhava – cafés sempre sugeridos pela professora Janaína Oliveira, de *História da África I e II*, que chegava com a bolsa cheia de mate, broas de milho e pães de queijo. Suas aulas eram literalmente uma delícia. Anos depois, vejo essa imagem da partilha de conhecimentos se dando através da farta mesa de café da manhã como um cosmodrama. Era tanta riqueza de comida, bebida, saberes e afetos que, embora estivéssemos dentro de um espaço de ensino, a sensação era de habitar uma outra configuração, familiar, enterreirada no sentido que Abrahão Santos (2024) coloca pelos modos de vivência de pessoas negras “em suas famílias grandes, com avós, avôs, tios, tias, primos, primas, agregados e agregadas, além de pai e mãe e irmãs e irmãos” (p. 140).

A imagem também acena para aquilo que Wanderson Flor do Nascimento (2020) nos diz da perspectiva *ubuntu*, uma maneira de ser entrecruzada em movimentos e com tudo que diz respeito à humanidade, agência, tudo que come, tudo que se comunica... Nesse sentido, “desde a perspectiva *ubuntu*, a existência de tudo o que há se dá de maneira dinâmica, articulada, coletiva, vinculando todos os existentes” (NASCIMENTO, 2020, p. 46). Para o autor (2020), se vivemos enquanto pessoas é porque estamos ligadas a tudo que também existe e, por isso, somos plurais – tal como tudo aquilo que compõe o mundo.

Esse período da minha vida, dentro da especialização, terminou de um jeito muito intenso e brusco, pois veio a pandemia da COVID-19 impondo o isolamento social e o medo de um amanhã mais incerto do que nunca. Nesse cenário, meu trabalho de conclusão de curso foi apresentado remotamente. Como autista, escrever e defender meu projeto em casa foi a melhor coisa que poderia ter acontecido, além do fato de que tive o suporte necessário para apresentá-lo sem tanto sofrimento – já que me expressar de forma fluida e bem coordenada não é algo dado para mim, exigindo es-

forços que geralmente me causam um desgaste imenso e ressaca social, sendo essas algumas características de minha deficiência psicossocial.

Encerrei minha caminhada no Instituto Federal do Rio de Janeiro com êxito no trabalho final, mas também com a notícia inesperada de que minha querida orientadora, a professora Angela Coutinho, havia deixado o plano terrestre semanas após minha defesa. Firme e gentil, ela sempre fazia questão de recordar que o maior trabalho de minha vida era viver, e isso sempre me reorientou e trouxe alento à minha ansiedade frente ao processo de escrita do trabalho de conclusão de curso e das provas que viriam pela frente.

Nossa última conversa foi naquela mesma noite de minha apresentação, onde ela me ligou para dar as coordenadas finais sobre entrega do tcc, encerrando nossa conversa marcada por muita emoção e dizendo que eu estava pronta para ingressar no mestrado. Uma vontade que começou a crescer e criar raízes em minha vida. Fato curioso é que minha apresentação final aconteceu na noite do dia 29 de novembro, aniversário de Conceição Evaristo – pessoa que trouxe na sua escrita uma possibilidade para o meu caminhar na universidade, fazendo da escrevivência uma ferramenta para que eu não só não desistisse da vida, mas pudesse trazer minha jornada para o registro escrito da academia.

Eu sabia que retornar à Universidade Federal Fluminense não seria fácil e que inúmeros obstáculos seriam recorrentes. Todos atravessados pela dureza que é sair de casa e lidar com o excesso de estímulos sonoros e visuais, com a imprevisibilidade, interações sociais, com a falta de respeito aos direitos assegurados por lei enquanto pessoa com deficiência, pela aridez do espaço acadêmico, do rigor formal das disciplinas, de um certo mais do mesmo nos conteúdos debatidos e também pela falta de conhecimento por parte da academia, e das pessoas de modo geral, na questão do espectro autista.

Esses espinhos por pouco me fizeram desistir de uma vaga destinada à pessoa com deficiência do programa de pós-graduação em psicologia, pois no mesmo período de inscrição para o processo seletivo fiquei sabendo de uma pessoa autista e negra que teve a inscrição indeferida em outra instituição após apresentar seu laudo comprobatório na banca que, ao invés de acolher o documento que a afirmava enquanto pessoa com deficiência, o descartou baseando-se em estereótipos a fim de fazer uma suposta análise sobre como alguém deve ou não se comportar para ser considerado autista.

Saber dessa história me trouxe um pavor gigantesco, além de desencadear muitas crises. Foram dias considerando se eu deveria ou não concorrer a essa vaga que eu tinha o direito assegu-

rado por lei de buscar dentro da UFF, mas que as instituições de poder transformavam em uma situação violenta e constrangedora para eliminar corpos indesejáveis dentro dos seus espaços. Após acompanhar o caso e, principalmente, ter uma profunda conversa com minha mãe, decidi me inscrever como cotista pcd no processo seletivo, entendendo a importância de fazer esse movimento de afirmação da minha identidade dentro da academia. Depois de muita luta, a pessoa em questão também teve seu direito assegurado pela lei, tornando-se estudante de graduação autista, negra e periférica.

Apesar de todos os medos eu precisava arriscar, tentar furar uma bolha ainda tão difícil de ser ultrapassada para alguém com deficiência. Em uma sociedade que afirma a todo instante com palavras e insinuações que o lugar do autista é “*trancado*” dentro de casa, sair para estudar é visto como algo inacreditável e que causa muito incômodo. Foi pensando nisso que decidi bancar a decisão que, veja bem, fala de um direito que é meu. Ter o laudo – enquanto documento formal – tem o mesmo peso da carteira de identidade, ele me afirma enquanto pessoa com deficiência, de modo que só isso basta, não cabe questionamentos a respeito. Desse modo, o processo de seleção teria sido um pouco menos angustiante se não houvesse o medo de ter que enfrentar algum episódio capacitista que poderia me negar a vaga. A etapa mais significativa foi a prova oral/entrevista, o primeiro momento de diálogo com a orientadora. Já faz um tempo desde o processo, mas eu senti na entrevista que eu estava afirmando minha pesquisa e trajetória não apenas para a professora Luiza Oliveira, mas para mim também, para a UFF, para a professora Angela Coutinho, para minha família... tudo foi se entrecruzando até chegar naquele momento, até chegar aqui.

Diante de tudo isso, há um *lugar significativo* em ter vivido as disciplinas de *Subjetivação e Formação Social Brasileira*, logo em meu primeiro período no mestrado em psicologia. Não no sentido de ver que eu estava errada com relação aos meus receios – já que a universidade continua pautada em um discurso hegemônico que, embora tenha uma cor, um lugar e contexto histórico específicos, tem a audácia de se intitular universal – mas de perceber que é possível sim pensar em outros encaminhamentos, resgatando narrativas e saberes que falam a partir das margens.

Utilizei o termo “lugar significativo” logo no início do parágrafo acima, sendo quase impossível não recordar dos cosmodramas, que iluminaram todas as aulas da disciplina. Os elementos dispostos no centro da sala sempre me transportavam para outros espaços e memórias. Até hoje lembro do choque de muitos colegas (e meu também) ao ver a lavanda em sua forma original, tão diferente da maneira industrializada com a qual nos acostumamos no dia-a-dia.

Pensando agora, minha querida orientadora Angela Coutinho do IFRJ teria gostado de viver os cosmodramas instalados nas aulas do professor Abrahão. Excelente professora de semiótica que sempre dizia que *tudo é texto*, ela teria falado muito sobre como é significativo ver o piso branco e frio da universidade sendo enriquecido com elementos que falam tanto de nós, do tempo, da natureza e da forma como nos relacionamos com eles... Talvez a professora tenha visto no outro plano.

Todas essas costuras que fiz no texto falam de como nossas vivências trazem sentidos para a forma de se construir conhecimento. Essa construção não é linear, pois envolve dúvidas, quebras e a possibilidade de resgate de vozes e experiências que até então a academia tenta apagar, isolar, colocar em um lugar de pouca importância. A todo momento a disciplina fomentou essa reflexão, seja através do próprio cosmodrama, das trocas entre os colegas e suas vivências, percepções e dos textos debatidos.

Resgato aqui um dos nossos últimos encontros para a discussão do texto “*A busca da oralidade: o encontro com mulheres negras*”, onde tivemos a feliz oportunidade de dialogar com a própria autora, a professora, e também minha orientadora, Luiza Oliveira (2020). No trabalho, a professora critica o modo de produzir conhecimento e pesquisa que coloca pessoas como objeto a ser analisado, estudado, teorizado.

No decorrer de sua narrativa, nos conta histórias vividas com quatro mulheres negras que questionam esse lugar do pesquisador como aquele que sabe o que é mais adequado – ainda que sequer tenha saído de sua sala de pesquisa ou tenha de fato escutado o que essas pessoas e suas comunidades tenham a dizer. A professora nos diz:

Essa forma que eu apresento, que é tão singular, que fala de mim, é também uma interpelação ao modo da universidade, a esse modo de fazer pesquisa. Eu venho encontrando possibilidades de descolamento a partir das interpelações que venho sofrendo, que eu venho chamando de oralidade, que trouxe nas vozes de Maria, Claudia, Cleuza e Yasmin. Muitos, quando conto essas histórias, me dizem que as mudanças parecem ser mais significativas para mim que para as populações. Sei das mudanças nas vidas dessas quatro mulheres que aqui apresento, mas sei mais, é fato. Sei sobre as mudanças que vivo como pesquisadora, como professora, subjetivamente (OLIVEIRA, 2020, p. 54).

Tanto no texto quanto no encontro em sala de aula, a professora Luiza Oliveira (2020) nos diz das dificuldades que envolvem o processo de saída desse lugar teoricista, branco e masculino na pesquisa. Mas, ainda que seja um exercício complexo, também é feito com alegria. Esse encontro em especial me trouxe um certo alento, pois o processo de escrita da dissertação, ainda que em seus primeiros passos (ou talvez justamente por isso), vinham me causando certa ansiedade. Devo dizer

ainda que foi estranho estar no mestrado de modo geral, por vezes caminhar pelos corredores me causou uma sensação de não-lugar, tal como sentia no processo de graduação – nessa mesma universidade, cabe lembrar.

A troca possibilitada nesse encontro com a professora (2020) me fez ver que não há como produzir uma escrita sem que os atravessamentos, meus e do que busco pesquisar, apareçam. Isso envolve dúvidas e momentos de tensão, mas também de alegria e criatividade. Por isso inclusive achei importante trazer um pouco de minha trajetória nessa escrita, pois tudo que vivi forjou o momento em que me encontro, e me ajuda a pensar caminhos para o futuro.. Mas talvez caiba até dizer que foi um movimento contrário. Na medida em que orientação e pesquisa foram acontecendo, fui me dando conta do chamado que o trabalho fazia, pedindo que minha vida aparecesse. Assim, trazendo minha vida, seria possível romper com aquela ideia de neutralidade/impessoalidade que tanto escutei anos atrás. Como ser neutro se escrevemos imersos em tantas histórias e marca(dores)? É preciso respeitar, dar sentido para as nossas vivências, não sufocá-las nas gavetas da nossa memória como se não fossem importantes... Para me lançar nessa empreitada, eu e a orientadora Luiza Oliveira entendemos a necessidade de buscar um método, uma epistemologia capaz de acolher minha pesquisa com respeito e cuidado. Foi aí que, mais uma vez, a pesquisa nos chamou, solicitando a escrevivência de Conceição Evaristo como esse conceito que é bonito de se ver, porque à medida que a produção acadêmica acontecia e minha vida seguia, o escrever foi tendo seu sentido alargado, espriado... O conceito foi *se tornando*, conforme também fui.

Fato é que a escrevivência não para de trazer sentidos, outras perspectivas através desse movimento de olhar o passado... Me fazendo ver que, por exemplo, embora essa dissertação tenha se iniciado com o processo seletivo que resultou na minha entrada no mestrado na UFF em 2022, toda minha trajetória se encaminhou para esse momento, para a compreensão das reflexões aqui trazidas de forma entrelaçada com a vida, com a vida dos meus pares. Não há como adentrar o espaço acadêmico e deixar nossa trajetória lá do lado de fora.

Pois bem, ao discutir sobre a escrevivência enquanto ferramenta metodológica, os autores Abrahão Santos e Luíza Oliveira (2023) acenam para o fato de que o espelho de Narciso não reflete nosso rosto, mas o expulsa. Por essa razão, o espelho que nos fortalece é o de Oxum, encaminhando um sentido epistemológico que nos possibilita ver “nossa própria imagem, que é a água, o rio, o mar. São compleições ancestrais. O abebé não dá acesso ao rosto-forma, como no mito de Narciso, o rosto imutável, uma vez que perfeitamente composto” (SANTOS; OLIVEIRA, 2023, p. 9), mas trata-se de um espelho que se transforma, nos dando dignidade, força e acolhimento. Dessa forma, vemos que “na metodologia do abebé, a pessoa não é ocultada na relação com a estratégia de poder

(forças) na qual o conhecimento se faz, mas ela, a pessoa, aparece em suas estratégias de luta, de força de construção de identidade, de conhecimento e de engajamento comunitário”, afirmam Abrahão Santos e Luíza Oliveira (2023, p. 11). É nesse lugar de identidade, de pertencimento e coletividade que a escrevivência se dá.

Acredito que isso dialoga bastante com as palavras de Antônio Bispo dos Santos (2015), o Nego Bispo:

*Fogo!... Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.  
Fogo!... Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.  
Fogo!... Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.  
Fogo!... Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão  
cansar se continuarem queimando  
Porque mesmo que queimam a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo,  
Não queimarão a ancestralidade. (SANTOS, 2015, p. 45).*

Cabe aqui lançar mão do que Abrahão Santos e Luíza Oliveira (2023) tecem a respeito da oralidade e escrevivência com seu princípio espelho de Oxum, encaminhando “uma prática no campo psi também fundamentada nesse modo, a fim de que a psicologia que fazemos, de fato, encontre pessoas negras e que o princípio do espelho de Oxum seja condutor para a reexistência” (p. 12), capaz de fomentar subjetividades e construção de identidades a partir de nossas próprias trajetórias.

E é nesse sentido, a partir das contribuições das disciplinas aqui citadas e de todos os elementos aqui trazidos, que entendi a importância de construir a dissertação do mestrado a partir de uma perspectiva outra, mais implicada com realidade e onde eu possa aparecer na minha própria es-

crita, com memórias, inquietações, afetos e furando a ideia de neutralidade que visa afastar o pesquisador de seu próprio trabalho.

Impossível não rememorar mais uma vez Grada Kilomba (2019), quando diz que as produções que envolvem o conhecimento, a erudição e a ciência estão diretamente ligados ao poder e à autoridade racial, entendendo que o centro acadêmico é um espaço branco que privilegia discursos teóricos desenvolvidos por indivíduos brancos, lançando negros e negras às margens, no lugar do outro que tem o saber desqualificado e visto como conhecimento inválido. Aqui poderíamos citar ainda indígenas, pessoas com deficiência, povos ciganos, amarelos, a população LGBTQIA+ entre outros.

Questionar essas verdades cristalizadas é um exercício cada vez mais necessário para não cair nos perigos da naturalização e reprodução de discursos que sufocam outros saberes, outras existências. É importante entender a periferia como potência. É importante que eu, enquanto pessoa negra e com deficiência, moradora de São Gonçalo, LGBTQIA+ consiga me enxergar em outras falas e escritas.

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que *Anastácia* era obrigada a usar. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas (Grada Kilomba, p.33, 2019)

A fim de discutir sobre os efeitos do racismo no cotidiano de negros e negras, Grada Kilomba (2019) lança mão da *máscara de silenciamento*, uma ferramenta de opressão e tortura que fez parte do projeto colonial europeu. Feita por um metal que era inserido dentro da boca, a máscara servia para impedir que os sujeitos escravizados se alimentassem enquanto atuavam nas plantações mas, principalmente, para estabelecer “um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura” (KILOMBA, 2019, p.33).

Nesse contexto, a boca figura a posse. Para a pensadora, existe uma fantasia em que o sujeito negro deseja possuir algo pertencente ao branco. Apesar dos frutos da plantação pertencerem “à/ao colonizada/o, o colonizador interpreta esse fato perversamente, invertendo-o numa narrativa que lê tal fato como roubo” (KILOMBA, 2019, p.34).

Tal situação implica em um processo em que o senhor recusa seu projeto de colonização, endereçando-o ao sujeito colonizado. Para a autora (2019), é a partir daí, no momento em que o sujeito afirma algo sobre o Outro que se nega a perceber em si mesmo, que podemos observar a negação como uma ferramenta de manutenção e legitimação de estruturas de exclusão racial que corroboram com o silenciamento de indivíduos negros.



Dessa forma, a máscara dispara inúmeras indagações, tais como: por que a boca de pessoas negras precisam ser amordaçadas? O que elas teriam para dizer e o que sujeitos brancos teriam de ouvir? Para Grada Kilomba (2019), é importante ressaltar que existe um medo concreto por parte do colonizador de ter que ouvir aquilo que vem do indivíduo colonizado e isso causa um desconforto com verdades que têm sido historicamente negadas e mantidas em segredo.

Por *manter algo em silêncio como segredo*, a autora faz referência a uma expressão da diáspora africana, que indica o momento em que alguém está perto de revelar algo que até então estava no obscuramento. “Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo”, diz Grada Kilomba (2019, p. 41).

Ao cumprir o seu papel de fazer calar a boca do sujeito negro, impedindo-o de dizer aquilo que sabe, a máscara garante ainda o conforto da branquitude, protegendo-a da tarefa de reconhecer o conhecimento que não é seu, que vem do Outro. Segundo a autora:

uma vez confrontado com verdades desconfortáveis dessa história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta “não saber...”, “não entender...”, “não se lembrar...”, “não acreditar...” ou “não estar convencido...”. Essas são expressões desse processo de repressão, no qual o sujeito resiste tornando consciente a informação inconsciente, ou seja, alguém quer fazer (e manter) o conhecido desconhecido (2019, p. 42).

Dessa maneira, o ato de falar deixa de ser algo simples, desvelando-se como uma tarefa impossível, pois o discurso do negro é sempre colocado como uma versão dúbia da realidade, imprecisa demais para chamar e receber atenção. Para Grada Kilomba (2019), se o ato de falar implica em um acordo entre quem fala e quem escuta, ouvir é, portanto, uma autorização para o falante. Alguém pode dizer algo unicamente quando tem sua voz ouvida, reconhecida e perpetuada. Nessa lógica:

Aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertencem”. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que “não pertencem”. A máscara recria esse projeto de silenciamento e controla a possibilidade de que colonizadas/os possam um dia ser ouvidas/os e, conseqüentemente, possam pertencer (KILOMBA, 2019, p. 42-43).

Nesse sentido, encaminhamos as reflexões de bell hooks (2019), que coloca em cena a importância de falar como um ato de resistência. Para a autora, a questão de quem está ouvindo e o que está sendo escutado se desvela como algo geralmente sem resposta:

Certa noite, num show de Jimmy Cliff frequentado predominantemente por pessoas brancas jovens, Cliff começou um coro de chamada e resposta e nós, o público, tínhamos que falar “África para os africanos”. Então se fez um silêncio repentino no recinto, como se os ouvintes finalmente escutassem na letra da música a revolta contra a supremacia branca, contra o imperialismo. Ficaram em silêncio, aparentemente incapazes de compartilhar esse gesto que afirmava a solidariedade negra. Quem está ouvindo e o que escutam? (hooks, 2019, p. 49)

Tal situação experienciada pela teórica nos fornece elementos interessantes que corroboram com o caminho feito até aqui. Segundo bell hooks (2019), apoderar-se da voz marginal coloca em risco a essência da livre expressão de pessoas historicamente exploradas e oprimidas. Se o público para quem se fala é composto apenas pelos grupos dominantes, torna-se possível fazer com que a voz marginal, buscando ser ouvida, dê elementos para que o que é falado seja interpretado a partir de variáveis que vão de encontro às necessidades do grupo majoritário que está ouvindo. Nesse sentido, “fica fácil falar sobre o que aquele grupo quer ouvir, descrever e definir a experiência numa linguagem compatível com as imagens e modos de saber existentes, construídos dentro de uma estrutura social que reforça a dominação” (hooks, 2019, p. 49).

Segundo bell hooks (2008), palavras possuem o poder de criar raízes em nossa memória, mesmo contra nossa própria vontade. Língua e dominação estão interligadas, compreendendo que a língua não é capaz de ferir e sim o modo como os opressores a utilizam como ferramenta capaz de humilhar e colonizar. Nesse sentido, a autora nos diz que uma cultura de resistência irrompe através da reivindicação da própria língua hegemônica, a partir do momento em que negros e negras a tomam para si. Aprender a língua estranha, portanto, era uma forma de:

escravos africanos começarem a recuperar seu poder pessoal dentro de um contexto de dominação. Possuindo a língua compartilhada, povos negros poderiam encontrar de novo uma maneira de fazer comunidade, e um sentido para criar a solidariedade política necessária para resistir (hooks, 2008, p. 859).

Este resgate se desvela como ferramenta fundamental não apenas por se opôr à supremacia branca mas também por colocar em cena “um espaço para produção cultural alternativa e epistemologias alternativas – diferentes maneiras de pensar e conhecer que foram cruciais para uma visão de mundo contra-hegemônica”, diz bell hooks (2008, p. 860).

Tais considerações nos permitem refletir sobre os efeitos do saber predominante e os enfrentamentos vividos dentro do espaço acadêmico contemporâneo. Podemos tomar como exemplo a dificuldade que se apresenta tanto na sala de aula quanto nas produções escritas para romper com os discursos advindos da linguagem padrão:

Quando, numa disciplina sobre mulheres negras escritoras que eu estava lecionando, perguntei para um grupo de estudantes etnicamente diverso por que nós ouvíamos somente o inglês padrão ser falado em sala de aula, eles ficaram momentaneamente sem palavras. Ainda que muitos deles fossem indivíduos para quem o inglês padrão era a segunda ou terceira língua, para eles simplesmente nunca tinha ocorrido que fosse possível dizer alguma coisa em outra língua, de uma outra maneira. Não é de admirar, então, que nós continuemos a pensar “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você” (hooks, 2008, p. 861).

Para bell hooks (2008), incluir um conjunto de saberes e linguagens contrahegemônicos na escrita, sobretudo em periódicos acadêmicos, é algo complexo. A fim de exemplificar esta dificuldade, a autora recorda sua primeira tentativa de lançar mão do vernáculo negro para fomentar seus ensaios críticos, tendo como resultado a devolutiva em inglês padrão por parte dos editores, como uma espécie de correção a ser feita. No entanto, a teórica (2008) nos lembra que incorporar outras formas de linguagem significa a abertura para uma produção que esteja preocupada em alcançar mais pessoas.

Colocar em questão o silenciamento de vozes que foram e são historicamente silenciadas nos fornece elementos para pensar o modo como nos apropriamos da linguagem, alterando “a maneira como nós sabemos o que nós sabemos”, diz bell hooks (2008, p. 862). Tal exercício nos ajuda também a pensar sobre como o apagamento de epistemologias outras se revela como estratégia na sociedade brasileira. Um exemplo a ser destacado – e que não deve ser esquecido – ocorreu no ano de 2018, com a não-eleição de Conceição Evaristo à Academia Brasileira de Letras.

De acordo com André Luís Santana (2008), existe uma tentativa de dominação racial que visa desqualificar a cultura, o saber e a produção intelectual de pessoas negras. Historicamente afastadas dos espaços de poder, esses indivíduos têm seus conhecimentos vistos como insuficientes, muitas das vezes sendo necessário uma espécie de esforço em dose dupla para mostrar que também fazem parte daquele ambiente em questão. Nesse cenário, pessoas negras têm seus saberes frequentemente postos em xeque.

Podemos observar, portanto, que esses apagamentos operados pelo projeto colonial põem em dúvida os modos de conhecimento que escapam ao dito oficial, inserindo-o no lugar de objeto, em outras palavras, daquele que não pode falar por si mesmo. Para bell hooks (2019), as noções de sujeito e objeto nos ajudam a entender tal dinâmica, argumentando que os sujeitos são aqueles que afirmam a sua própria realidade, dão nome às suas histórias e legitimam sua identidade. Os objetos, por outro lado, são definidos por outros, assim como suas histórias e realidades.

Para Grada Kilomba (2019), a passagem de objeto para sujeito é a saída que se desvela como ato político. Ao pôr em cena a escrita produzida por negros e negras como ferramenta de protagonismo de suas próprias vivências e produção de conhecimento científico, a autora argumenta que “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’ e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Dessa forma, irrompe a possibilidade de pensar epistemologias que lancem mão das nossas experiências vividas, questionando o lugar de objeto no qual negros e negras foram historicamente inseridos no ambiente acadêmico. No momento em que estava fazendo as minhas primeiras cons-

truções nesta dissertação, essas foram marcadas por um passo anterior que foi dado ao discutir escrevivência e interseccionalidade em um artigo, que apresento a seguir<sup>1</sup>.

### *A escrita como ação que nasce para o coletivo*

Durante esses dois anos de escrita, a dissertação foi tomando caminhos diferentes e muito importantes. Passar pelo processo de qualificação com uma banca atenta, tecendo sugestões e comentários que pudessem ajudar a fazer o trabalho ter seu sentido alargado, ampliado, foi fundamental. Uma das ideias dadas foi a de distribuir o trabalho em formato de publicações - resultando em um artigo e dois capítulos de livros – sendo muito importante marcar aqui que não houve nenhuma intenção de tentar corresponder à uma lógica produtivista de escrever um texto atrás do outro, nada disso, mas pelo entendimento de que seria, é, fundamental que a discussão alcance mais pessoas.

Particularmente tem dois sentidos nessa proposta que me são muito caros. O primeiro se dá porque, como alguém que está no espectro autista, a fala oral não é algo que me traga conforto ou fluidez de raciocínio, de modo que meu lar é a escrita, é aonde consigo me expressar com melhor inteireza e vontade. O segundo motivo é essa surpresa que é ver minha trajetória tematizada, e isso nada tem a ver com uma noção particularizada ou uma suposta escrita de si, mas com o fato de ser muito impactante, principalmente depois de tantos anos distante do horizonte acadêmico, poder estabelecer um diálogo pela grafia, uma produção de conhecimento que faz todo sentido porque fala da experiência vivida, podendo alcançar meus pares e sendo atravessada por eles, carregando toda uma coletividade. É uma vida inteira fazendo sentido a partir do momento em que o escrever acontece, que bom que não morri antes.

Essa dissertação chega ao seu término em 2024 e, embora o autismo esteja ganhando cada vez mais visibilidade, sendo inclusive esse o motivo do aumento de pessoas se reconhecendo no espectro e obtendo seus laudos, é ainda necessário inventar espaços para que nós possamos falar sobre nós mesmas, como pessoas que são donas das próprias vivências neurodivergentes – e não mais como sujeitadas na escrita e na fala do outro, tantas vezes impregnada de capacitismo.

Por isso, entendo e acolho a sugestão dada pela banca examinadora como uma oportunidade de inventar um espaço dentro da academia, espaço que abro através da grafia, ampliando o sentido de deficiência a partir de ferramentas tão importantes como a escrevivência de Conceição Evaristo

---

<sup>1</sup> Artigo aprovado para publicação, disponível em Ensino, Saúde e Ambiente: <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a60188>

(2020) e a interseccionalidade, proposta por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Dessa maneira, temos a dissertação disposta em três publicações. A primeira, *“Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça”*, pensada em formato de artigo, é uma aproximação entre a perspectiva interseccional e a escrevivência. A partir do resgate de algumas cenas-situações vividas e que foram fortemente atravessadas pela negritude e pelo espectro autista, o artigo costura o escrever e a interseccionalidade – é a experiência nos ajudando a compreender as ferramentas teórico-conceituais-vivenciais. Importante dizer que, entre a primeira publicação e as duas últimas, há uma escrita sobre método, uma reflexão que senti necessidade de fazer, tendo em vista o modo como escrevivência e interseccionalidade se entrecruzaram em minha história – algo que até então não estava previsto, sendo uma solicitação do próprio trabalho que ganhou cada vez mais força e energia na medida em que os passos foram dados, se tornando mais firmes no chão fértil dessa pesquisa.

O segundo momento da dissertação, intitulado *“Deficiência, raça e educação: cruzamentos a partir de uma vivência negra e autista”*, vem como capítulo de livro, a fim de questionar os estereótipos construídos acerca do autismo e de que modo eles ajudam a reproduzir apagamentos e violências, sobretudo na vida de pessoas com deficiência que escapam a esse ideal branco e cismasculino no espectro. O capítulo estabelece ainda um diálogo com a educação, observando os espaços de ensino como lugar de inúmeros desafios para estudantes autistas.

A terceira publicação, também pensada como capítulo de livro, nomeada *“O autismo não tem cara: reflexões sobre o diagnóstico a partir de uma perspectiva interseccional e escreviente”* traz uma discussão mais aprofundada acerca do laudo – instrumento que é alvo de inúmeras críticas na psicologia, em função de uma leitura rasa que ignora por completo os efeitos que o diagnóstico pode ter na vida de uma pessoa com deficiência, além de fomentar discursos capacitistas como *“epidemia de autismo”*. A fim de interpelar esses questionamentos, o capítulo propõe uma outra perspectiva para o laudo, vinda de dentro da própria experiência da deficiência, viabilizando o sentido de tornar-se autista, de produção de subjetividade, além de compreender o diagnóstico como ferramenta para garantia de direitos assegurados por lei. O capítulo coloca ainda uma questão importante e pouco debatida, que é a dificuldade para adquirir o laudo quando se escapa da imagem idealizada acerca do autismo: pessoas lidas como meninos no nascimento, brancas, com aptidões matemáticas etc.

Por fim, nas *Palavras quase finais*, escrevo uma carta para a professora Angela Coutinho, minha orientadora durante a especialização *lato sensu* que deixou o plano físico em 2022, contando

da experiência que foi viver o mestrado na UFF, dando notícias do tanto de coisas que aprendi, que partilhei, e do sentido de comunidade que foi possível achar nesse mesmo espaço que me formou psicóloga na década de 2010 de forma tão estranha e dolorosa – agora transformado, e porque não dizer também *transtornado*, com a presença de mais de nós... Espero que cheguem tantos mais.

Apesar da dissertação de mestrado enquanto exercício formal chegar ao fim, torço para que as reflexões aqui fomentadas sigam reverberando nos espaços em que ela chegar, alcançando trajetórias, principalmente aquelas historicamente inseridas nas margens, trazendo um sentido de acolhimento e força, sem perder de vista aquilo que é nosso: a vida, o lugar de onde viemos e falamos.

# Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça

*Intersectionality and escrevivência: possible dialogues between disability and race*

**Aline Tavares de Souza Rodrigues**

Mestranda em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil – [aline\\_rodrigues@id.uff.br](mailto:aline_rodrigues@id.uff.br) / <https://orcid.org/0000-0002-9288-4952>

**Palavras-chave:**  
interseccionalidade;  
deficiência;  
escrevivência; raça;  
autismo.

**Resumo:** O texto faz uma costura entre interseccionalidade e escrevivência, em uma relação que é feita a partir de minha experiência vivida enquanto uma pessoa negra e autista. Pensar as aproximações entre os dois conceitos nos possibilita compreender interseccionalidade e escrevivência como ferramentas potentes, produtoras de conhecimento e de formação subjetiva, rompendo com um modo de fazer acadêmico que supõe uma neutralidade científica. Falar de uma experiência concreta nos permite acessar histórias, criando conexões e trocas importantes com elas, além de abrir caminhos para pensar outros futuros, vozes e corpos dentro da academia, sobretudo no que diz respeito aos modos de produzir conhecimento dentro da psicologia.

**Keywords:**  
intersectionality;  
disability; escrevivência;  
race; autism.

**ABSTRACT:** The text makes a relationship between intersectionality and escrevivência, in a relationship that is made based on my experience as a black and autistic person. Thinking about the similarities between the two concepts allows us to understand intersectionality and escrevivência as powerful tools, producing knowledge and subjective formation, breaking with an academic way of doing things that assumes scientific neutrality. Talking about a concrete experience allows us to access stories, creating important connections and dialogues with them, and opens ways to think about other futures, voices and bodies in academia, especially with regard to ways to think about other futures, voices and bodies in academia, especially with regard to ways of producing knowledge in psychology.

Nunca pensei que relatar episódios da minha vida pudesse se tornar tema de reflexão no ambiente acadêmico. Isso porque passei muitos anos em silenciamento e sobrevivendo às situações de racismo e capacitismo – uma delas vou contar agora. De tempos em tempos eu visitava uma senhora, amiga da família. Sua idade já muito avançada não lhe possibilitava sair de seu apartamento com frequência, de modo que minha visita sempre foi no intuito de ouvir um pouco de suas muitas histórias e levar algumas frutas frescas da feira de sábado e bolos preparados pela minha mãe.

Em uma dessas idas, toquei aquele incômodo interfone. Como autista, usei todo o caminho para me preparar para a interação com a senhora e também com o porteiro do prédio onde morava,

elaborando uma espécie de roteiro mental para organizar minha fala dentro do objetivo a ser alcançado – conseguir chegar ao sexto andar para visitá-la.

Todo meu roteiro e tentativa de organização foi desmantelado pelo funcionário, que ao me identificar, me orientou a entrar no prédio pela porta de serviço, me causando uma perturbação que a alexitimia – a dificuldade em entender e nomear dores e emoções – dificultou que eu conseguisse assimilar o que estava acontecendo naquele momento. O mal-estar, a vontade de gritar e sair correndo se fez em todo meu corpo. Me senti agitada e com vontade de ir embora, não lembro como cheguei ao sexto andar, se entreguei as frutas como previsto e de quais histórias de vida escutei.

Para voltar para casa era necessário atravessar uma via perigosa, pois motos surgiam de repente atrás dos ônibus. Eu estava sozinha. Sei que nenhum acidente me ocorreu porque de alguma forma cheguei em casa, embora tenha sofrido mais uma violência que deixa feridas que por vezes são visíveis quando tenho um *shutdown* (as crises implosivas que eu exemplifico como um balde d'água que vai enchendo aos poucos, as gotas representam sobrecarga emocional, dificuldade em lidar com alterações na rotina, excesso de barulhos, dentre outros incômodos).

Daquele dia, lembro de relatar o ocorrido para minha mãe, que se indignou com a atitude do porteiro e perguntou se eu falei algo. Falar algo. Falar é sempre uma dificuldade para mim. Elaboro roteiros mentais 24 horas por dia, 7 dias por semana, a fim de conseguir prever possibilidades e minimamente conseguir dialogar com as pessoas, um trabalho que me esgota ao extremo.

O momento em que o porteiro me diz para entrar pela área de serviço jamais passou por esse meu roteiro prévio, eu não tinha nenhuma fala preparada para de alguma forma conseguir lidar com aquilo. Minha voz some no mesmo momento em que meu corpo começa a pesar como se camadas de cimento fossem postas sobre mim, a garganta dói e os olhos ardem muito.

Trouxe essa cena inicial por identificar nesse acontecimento uma relação entre deficiência e raça. A experiência que vivi, ou colocando em termos mais diretos, sofri, possibilita acenar para as reflexões que as pesquisadoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) trazem acerca da interseccionalidade.

O primeiro contato com os escritos das autoras foi interessante, pois trazem a discussão a partir de exemplos muito compreensíveis dentro do futebol. Interessante porque embora eu não costume acompanhar jogos e tudo que envolve o esporte, foi possível me ver na proposição trazida pelas autoras:



Imagine um campo de futebol inclinado, instalado num terreno levemente em declive, no qual o gol do time vermelho fica no topo da colina, e o gol do time azul, no vale. O time vermelho tem uma evidente vantagem: quando tenta marcar gol, a estrutura do campo ajuda. Não importa quanto talento tenha, porque a força invisível da gravidade ajuda, logo não precisa se esforçar tanto quanto a equipe azul para marcar gol. Em compensação, o time azul trava uma batalha constante morro acima para marcar um gol. Pode ter talento e disciplina, mas tem a má sorte de jogar em um campo inclinado. Para vencer, a equipe azul precisa de talento excepcional. Fãs de futebol se indignariam se os campos de verdade fossem inclinados dessa maneira. No entanto, é isso que fazem as divisões sociais de classe, gênero e raça que estão profundamente interconectadas no domínio estrutural do poder – achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando, na verdade, não estamos (COLLINS E BILGE, 2021, p. 24).

O exemplo me capturou imediatamente, pois toda minha vida se resume a uma tentativa de “correr atrás” me sentindo exatamente dessa forma, tentando dar muitos passos e me esforçando o dobro, o triplo, para dar conta de demandas e alcançar objetivos que para as outras pessoas parece algo tão simples.

Essa construção que a Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) fazem coloca a interseccionalidade para além de uma simples definição, mostrando seus impactos e os possíveis efeitos na vida daqueles que são atravessados pelos marcadores de raça, classe, idade, gênero, sexualidade e, inclui ainda, deficiência.

O uso da palavra “má sorte” no exemplo me chama atenção. Enquanto pessoa com deficiência e negra, várias vezes fui alvo de olhares de pena, fracasso, impossibilidade e medo. A interseccionalidade nos ajuda a observar “que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito”, dizem Collins e Bilge (2021).

Penso que o sentido de interseccionalidade permite aproximação com uma ferramenta muito potente que a escritora Conceição Evaristo nos oferece – a *escrevivência*. E aqui eu resgato uma fala da autora Rosane Borges (2020) que considero fundamental para compreender essa ferramenta como uma aposta metodológica que legitima as experiências do *escrever-viver*, pois a *escrevivência* é um “princípio conceitual-metodológico com potência para suportar as narrativas dos excluídos, uma vez que considera as várias matrizes de linguagem para tecer memória e construir história” (p. 22).

A *escrevivência* fala de nós, como foi possível observar no momento em que duas intelectuais de outro território que não o brasileiro, por meio de um exemplo dado através do futebol – algo que até então não me desperta interesse – me trouxeram lembranças de toda uma vida, levando em conta meu recorte latino-americano, negro e com deficiência. É uma ferramenta que singulariza e

nos alcança, abre caminhos para fazer movimentar nossa história a partir de nossas próprias agências.

Enquanto autista, o ato de falar é desgastante. O esforço para fazer sair dos lábios aquilo que estou pensando, de modo que o outro compreenda, causa exaustão física e mental, pois meu corpo fica inteiramente mobilizado para esse fim. Então a escrevivência assume ainda, na minha trajetória, um lugar de alternativa, de acessibilidade, pois é na palavra escrita que me expresso sem desgaste e as palavras fluem com o sentido que eu realmente quero dar.

Com essas reflexões, vejo interseccionalidade e escrevivência como métodos que, para além de pesquisa, falam de formação subjetiva, viabilizando uma prática capaz de dialogar com a minha história. Costurando minha vivência com esses conceitos, afirmo uma escrita acadêmica que rompe com uma suposta neutralidade científica, além de encaminhar minha trajetória como elementos importantes de instrumento e reflexão.

Esse escrito marca meu primeiro texto publicado para uma plataforma. Há quase 10 anos atrás, logo assim que me formei em psicologia, tentei enviar alguns trabalhos a fim de serem lançados em revistas científicas. Meu arquivo sempre retornava por ter sido rejeitado, sempre sob a justificativa de “não estar dentro das normas”, o que me deixava transtornada e fazendo ler e reler as regras de formatação obsessivamente, ao ponto de decorá-las.

Até hoje não entendo o que foi que deu errado tantas e tantas vezes, acabei desistindo naquela época, pois foram tentativas solitárias e desgastantes. Questões burocráticas sempre foram e sempre serão um verdadeiro imbróglio – o que inclusive marcou um intervalo de 5 anos para que eu voltasse para o meio acadêmico enquanto pós-graduanda porque, apesar do meu grande interesse pelos estudos, as etapas dos processos seletivos sempre foram um obstáculo enorme.

Esse fato curioso me faz lembrar do primeiro seminário que apresentei como pós-graduanda de Ensino de Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas no Instituto Federal do Rio de Janeiro, o IFRJ. Eu e minhas colegas discutíamos sobre um texto sugerido pelo professor, cujo título me falha a memória, mas tecia críticas aos modos de produção de conhecimento que se pretendem universais, únicos possíveis e pautados em um ideal de neutralidade e objetividade. Embora muito interessante, chamou minha atenção o fato de que o texto estava todo organizado nas normas científicas, e em terceira pessoa.

Fato parecido também ocorrido na semana passada, quando li um texto que versava sobre interseccionalidade, por meio de costuras entre racismo e deficiência. Me empolguei ao ver que a

autora do artigo era uma psicóloga preta e autista. Na medida em que avançava na leitura, minha empolgação dava lugar ao desânimo e cansaço, pois a autora não apareceu no texto em momento algum, o que não me permitiu nenhuma identificação para além das informações iniciais, que acreditei serem disparadoras de vários pontos em comum e também de discussão.

Sua trajetória foi substituída por uma série de levantamentos e dados que acabaram nos afastando. O que me faz pensar na interseccionalidade e escritivências como métodos que não sufocam a travessia de quem escreve e de quem lê, mas viabiliza sentidos e o compartilhar de conhecimento. Como diz Conceição Evaristo (2020):

Nossa escritivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. Assim como é diferenciada a experiência de ser brasileiroviva, de uma forma diferenciada, por exemplo, da experiência de nacionalidade de sujeitos indígenas, ciganos, brancos etc. Mas, ao mesmo tempo, tenho tido a percepção que, mesmo partindo de uma experiência tão específica, a de uma afro-brasilidade, consigo compor um discurso literário que abarca um sentido de universalidade humana. Percebo, ainda, que experiências específicas convocam as mais diferenciadas pessoas (p. 30-31).

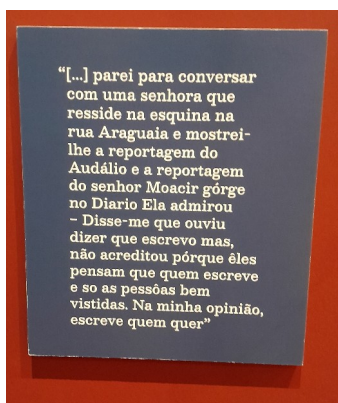
É a escrita com sentidos, afetos, trocas e fortalecimentos, quebrando a dureza acadêmica que emperra o escre-viver. A interseccionalidade fala de uma experiência concreta, que permite acessar histórias e criar conexões com elas.

### **Ancestralidade em tela: memórias para pensar o amanhã**

*[...] parei para conversar com uma senhora que reside na esquina na rua Araguaia e mostrei-lhe a reportagem do Audálio e a reportagem do senhor Moacir górgo no Diário Ela admirou – Disse-me que ouviu dizer que escrevo mas, não acreditou porque eles pensam que quem escreve e so as pessoas bem vistas. Na minha opinião, escreve quem quer (Carolina Maria de Jesus)*

O trecho acima faz parte da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, da autora Carolina Maria de Jesus. A primeira vez que o vi foi durante a leitura de seu livro, alguns anos atrás. Reencontrei esse fragmento no sábado do dia 15 de julho de 2023, na exposição intitulada *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*, que ocupa duas salas no Museu de Arte do Rio.

**Fotografia** – fragmento da exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros



**Fonte:** produção da autora

Senti uma necessidade imediata de trazer essa fala para minha escrita assim que me deparei com ela na exposição, pois Carolina me levou diretamente para as reflexões que esse trabalho tem me proporcionado, e também para um acontecimento que vivi dois dias antes de me deparar com sua fala potente que tanto me fortaleceu. Na quinta-feira pela manhã eu fui até o mercado, a fim de comprar ingredientes para meu bolo de aniversário. Com os materiais em mãos, fui para a fila do caixa preferencial – que contava com os símbolos de idoso, gestante, mãe com criança de colo, cadeirante e autista. Quando chegou minha vez de passar os produtos pelo caixa, o homem da fila geral se apressou e foi extremamente hostil em sua indignação repentina, como se eu estivesse passando sua frente.

Meu corpo ficou parado para marcar que eu não sairia dali, mas minha fala sumiu. O atendente, numa postura muito firme com o homem, disse que eu era autista e, portanto, estava no meu direito de ser atendida. O sujeito encerrou seus questionamentos agressivos e voltou para a fila, embora visivelmente insatisfeito e indignado, os braços levantados a fim de mostrar que aquilo era um absurdo.

Cenas como essas são muito comuns no meu cotidiano, e posturas como a que o atendente teve são raras, de modo que me vejo sempre sozinha tendo que lidar com situações e constrangimentos que não deveriam ser meus. Ando com meu laudo médico, a identidade e o crachá de identificação da pessoa com deficiência como se fossem elementos que pudessem me livrar de cenas violentas, mas nem sempre há como fugir delas, e não dá para saber quando elas vão acontecer.

Nesse dia eu me senti muito mal e alguns momentos depois eu senti a crise chegando. Os olhares em volta, a voz hostil do homem e o sentimento de ter minha deficiência invalidada “por não ser aparente” me transtornaram e fui para o *campus* da universidade chorando, pois eu tinha uma aula naquele dia. Caminhei sentindo um chumbo no corpo, com a sensação de garganta travada, incapaz de pronunciar qualquer coisa, mas ao mesmo tempo com muita vontade de sair correndo e gritar.

Já em sala de aula não lembro de nada do que estava sendo discutido, era só meu corpo presente mas a cabeça distante, com um turbilhão de pensamentos desconexos. Alguns minutos depois eu fui embora, pois não consegui permanecer e, quando percebi que estava usando o *masking* – uma “estratégia” que nós autistas usamos para tentar esconder a neurodivergência, e que traz toda uma bagagem de violência e sofrimento à medida que fingimos ser o que não somos, senti que era a hora de ir embora para casa.

Durante o caminho fui mandando mensagem para uma amiga, pois eu ainda conseguia me comunicar por mensagem de texto e buscar alguma ajuda para lidar com aquela situação horrível. Recordo que, já em casa, disse a ela que o ocorrido no mercado seria registrado nesse trabalho, porque é na escrita que eu consigo me libertar e lidar com as marcas que essas violências deixam, principalmente quando minha garganta não consegue mais pronunciar nenhuma palavra.

E é aqui que a fala de Carolina Maria de Jesus me toma de tal forma que é como se eu sentisse seus braços estendidos para me reerguer. Escreve quem quer, porque não apenas o homem branco, cisgênero, hetero, neurotípico e sem deficiência tem algo a dizer. O momento em que me deparo com sua fala é muito marcante, pois embora eu tenha lido seu livro há alguns anos atrás, é naquele encontro com a arte, com sua fala emoldurada e exposta no museu, que me sinto profundamente atravessada e transformada.

Naquele momento Carolina, de alguma forma, ainda me leva de encontro ao pensamento de Angela Coutinho, minha querida orientadora e professora de Semiótica durante a especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras no Instituto Federal do Rio de Janeiro. A professora Angela deixou o plano terrestre no início de 2022, e semeou saberes que muito me marcaram e seguem cultivados no meu pensamento. É difícil colocar no campo das palavras o peso da cena vivida, mas o encontro com a fala exposta de Carolina me trouxe ainda a voz da professora Angela dizendo que tudo é texto, imagens são textos e, portanto, carregam uma mensagem.

A mensagem daquele (re)encontro ancestral segue reverberando de tal modo que me faz vislumbrar, reiterar e apostar na interseccionalidade como potência que afirma uma identidade que é

relacional, longe de uma ideia substancializada que aprisiona o existir a partir de pensamentos de que todo negro é igual, toda pessoa com deficiência é igual.

Como falar de interseccionalidade sem colocar em cena o viver, as experiências singulares que são atravessadas por tantos outros aspectos da minha trajetória? Pois sou uma pessoa negra, autista, dentro do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, que fala a partir da periferia, sou mestranda mas também demisssexual, filha, amiga, estudante de coreano, artista, *kpopper*, dentre tantos outros aspectos que me compõem e que acenam para a experiência vivida como ferramenta potente de produção de conhecimento.

Essa interferência em primeira pessoa vem como ferramenta que ajuda a furar discursos que encarceram vivências não brancas e com deficiência, que as colocam no lugar do outro, do estranho, hostil e que é visto como objeto – que não sabe falar sobre si. Escrevo esse trecho lembrando do *slogan* “Nada sobre nós sem nós”, que marca o protagonismo das pessoas com deficiência de forma inegociável, pois as decisões sobre tudo aquilo que nos envolve devem passar fundamentalmente por nós.

Penso nessa frase com muita frequência, sobretudo quando estou transitando na academia e ouvindo certas falas que não estão dispostas a ouvir o que eu e outros autistas querem dizer, mas que ainda assim constroem sua jornada profissional tendo nossas vidas como alvo de estudo. Uso a palavra “alvo” lembrando do ensino de semiótica da querida professora Angela, que me preparou não apenas para a obtenção de um certificado de pós-graduação *lato sensu*, mas para observar as cenas da vida real. Alvo como aquilo que deve ser alcançado e cujo único interesse é dominá-lo, não há intenção de diálogo ou de entender sua história a partir de suas próprias perspectivas.

Essas cenas e situações que compõem minha jornada se costuram no entendimento das identidades. Collins e Bilge (2021) acenam para o fato de que os estudos da interseccionalidade trouxeram mudanças ao pensar as identidades individuais enquanto interseccionais e performativas, transformando a ideia de algo que se possui para algo que se constrói.

Não nasci negra e pessoa com deficiência, mas tornei-me a partir de vários encontros e momentos da vida, como o processo de transição capilar, que me fez encontrar as obras de Neusa Santos Souza e Nilma Lino Gomes em 2016, mesmo ano em que Beyoncé lançou seu álbum audiovisual *Lemonade*, repleto de referências ancestrais e cujas músicas foram ouvidas por mim uma infinidade de vezes naquele ano.

Os caminhos que me levaram ao laudo diagnóstico de neurodivergente foram trilhados mais tardiamente, durante a pandemia de COVID-19, período de isolamento que escancarou minha dificuldade no que diz respeito às interações sociais. Meu primeiro contato com outras pessoas depois de tanto tempo dentro de casa me esgotou por completo, lembro de fazer um movimento ininterrupto de ir e voltar pelo corredor do lugar em que eu estava, girando naquele espaço a fim de me acalmar. Ao chegar em casa, talvez não por acaso, li um relato de um autista adulto que havia feito algo parecido a fim de aliviar sua sobrecarga e fui a fundo pesquisar, porque a semelhança das nossas histórias chamou muito a minha atenção.

Esses dois momentos, do encontro com a minha negritude e deficiência, foram uma autodescoberta a partir de minha própria história, mas que não se deu de forma isolada e solitária, pois eu via correspondências com as histórias de outras pessoas, meus pares. Obviamente as experiências são singulares, mas os pontos semelhantes geram muita identificação, sentimento de pertencimento e certo alívio.

É nesse sentido que Collins e Bilge (2021) afirmam que “em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais” (p. 188).

A identidade então não diz respeito a um eu encapsulado e acabado, fala de um movimento constante e forjado por inúmeros atravessamentos. Ainda de acordo com as autoras:

A ideia – que hoje se tornou senso comum – de que a identidade individual é moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para outro deve muito à premissa da interseccionalidade a respeito das identidades interseccionais. Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “Sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta “sou *simultaneamente* chicana e mulher e lésbica” expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual (COLLINS E BILGE, 2021, p. 188).

## **Considerações finais, reflexões que continuam**

Retomo um pouco do pensamento de Carolina Maria de Jesus quando diz que escreve quem quer, e não apenas os doutores e pessoas bem-vestidas para encerrar essas páginas. Encerrar apenas como a formalidade de uma etapa que compõe um trabalho, pois é importante que as reflexões levantadas permaneçam e encontrem sentido em outras trajetórias, vozes, corpos, e que possam perfurar a aridez acadêmica.

Pensando a Psicologia, campo que me encontro, coloco a necessidade forjar uma prática que não sufoque a possibilidade de construção de saberes que a escrevivência e a interseccionalidade fomentam. Lançar mão de um fazer *psi* que tece uma costura com esses dois conceitos abre caminhos para que tantas outras histórias e sentidos apareçam e permaneçam com suas múltiplas vozes e corpos, interpelando essa Psicologia tão racista e capacitista.

Acho que é interessante fazer um movimento de retorno, trazendo novamente a fala que fiz para iniciar essa escrita, onde eu digo nunca imaginar que um dia minha história seria tema para uma construção acadêmica, tendo em vista os inúmeros episódios de racismo e capacitismo que ecoam na universidade mas não são tematizados nas salas de aula, o que me dá a sensação de estar sendo posta para fora desse espaço a todo momento.

A psicologia, branca e operadora da branquitude, dos corpos sem deficiência precisa ser interpelada. É necessário questionar falas tendenciosas como “epidemia do autismo” e do tdah como uma “invenção farmacêutica”. São discursos perigosos que apagam as neurodivergências em prol de uma suposta crítica aos diagnósticos, desconsiderando a existência da pessoa e dificuldade de acesso ao laudo, sobretudo quando se sai do padrão branco, cis, hétero, masculino, classe média, pois há todo um imaginário a partir da deficiência, como se ela não existisse nas periferias, nos quilombos, nas aldeias. Mais uma vez a interseccionalidade se fazendo presença dentro da experiência vivida, tendo vista os vários atravessamentos que a envolve e que não podem ser silenciados, pois falam da nossa trajetória.

A psicologia ainda não está preparada para acolher histórias e corpos neurodivergentes, tampouco suas buscas ao diagnóstico, que vem não apenas como uma resposta para a vida da pessoa, mas põe novas perguntas, além da garantia de direitos enquanto pessoa com deficiência. Gosto da ideia de inventar outros futuros, onde a deficiência é realidade, onde corpos não brancos com deficiência estejam aonde queiram estar. Futuro onde a psicologia não é operadora de violências que barram nossa entrada e permanência, que ousa dizer que não precisamos de suporte já que conseguimos “chegar normalmente” no ensino superior ou na pós-graduação. Levantar essas reflexões



é colocar em cena a busca por acessibilidade que se torna dolorosa e solitária quando você se encontra só em meio a discursos que ferem e produzem sofrimento.

## **REFERÊNCIAS**

COLLINS, Patricia Hill; BIRGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

## **SOBRE A AUTORA**

### **Aline Tavares de Souza Rodrigues**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e mestranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

## ***O fazer metodológico: a escrevivência para pensar o mundo-vida***

Continuando a escrita da dissertação em consonância com o artigo apresentado, segue uma discussão metodológica. A ideia de elaborar esse artigo foi um marcador importante para compreender os caminhos da dissertação... em dado momento, passados os percursos iniciais da orientação com a professora Luiza Oliveira, observamos uma espécie de chamado por parte do trabalho, que nos pedia a aproximação entre interseccionalidade e escrevivência a partir de minha história. A escrevivência para pensar o *mundo-vida* vem daí, com a Conceição Evaristo (2020) afirmando o escrever como ato de resgate, de “uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera” (p. 35). Portanto, diz respeito às nossas trajetórias, ao *mundo-vida*, “à observação e a absorção da vida, da existência”, diz a autora (2020, p. 34).

O caminho a ser percorrido nas próximas páginas será feito a partir do suporte de autoras negras. Afirmando a importância de costurar minha vivência enquanto pessoa negra e autista, coloco em cena o debate com a interseccionalidade, proposto por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). É diante dessas costuras que o método de escrevivência proposto por Conceição Evaristo (2018) se desvela como forma potente de fazer funcionar a vida do povo preto a partir de uma outra maneira – fora do sofrimento e capaz de resgatar uma psicologia que dialoga com saberes periféricos. Para além de aportes teórico-metodológicos, fui entendendo interseccionalidade e escrevivência como instrumentais de formação subjetiva e acessibilidade... O ano de 2024, ano de término dessa dissertação de mestrado, foi muito especial pela possibilidade de ouvir as autoras que ajudam a mover a minha vida, a pesquisa. O primeiro encontro se deu em junho, com a visita de Patricia Hill Collins ao *campus* São Gonçalo da UERJ. A primeira vez que vi a autora foi há alguns anos, numa foto no *twitter*, e é impressionante como vida e tempo caminharam para que, anos depois, eu tivesse a oportunidade de ouvi-la há poucos minutos da minha casa.

Naquela noite, a autora (2024) tematizou sobre a interseccionalidade e seu papel enquanto ferramenta para denunciar injustiças e promover mudanças. Nesse sentido, emitir opiniões, ser crítico sem posicionamento não é suficiente, sendo fundamental mobilizar uma crítica que seja capaz de mobilizar vidas. Assim, a autora coloca a pergunta: “*Por que esse trabalho intelectual importa?*”. Essa uma questão que deve estar presente durante todo percurso da pesquisa, mantendo firme a busca por um futuro diferente, inclusive para que a esperança seja possível – evitando suicídios, adoecimentos e outras mazelas que tanto atingem pessoas que estão nas margens e são atra-

vessadas pelas lentes de gênero, raça, classe social etc. É nesse sentido que a autora pensa a interseccionalidade como ferramenta de solução de problemas, desde que utilizada de forma correta.

Por isso, é tão importante quando ela fala sobre “*pensar fora da caixa*”, buscar espaços para que a gente se mantenha criativo, fomentando ainda um sentido de solidariedade, uma vez que ninguém vai ganhar se alguém estiver perdendo... é a interseccionalidade com sentido de justiça social. Patricia Hill Collins trouxe também um ensinamento muito valioso: a compreensão de que não cabe “*perder tempo*”, gastar a escrita em lugares e conversas que não levam a lugar algum, pois só vai trazer o nosso próprio desgaste – é como um terreno infértil. Ouvir isso foi libertador, considerando o fato de que logo nos primeiros momentos do mestrado me deparei com discursos assustadoramente capacitistas, ancorados em leituras que querem falar sobre autismo, sem autistas... Tal como Patricia Hill Collins disse, são pessoas que realmente não estão dispostas, não querem nos ouvir, tampouco dialogar. Por fim, a autora encerrou aquela noite nos dizendo que *agir é escrever*: o que me faz recordar o encontro com a segunda autora que também vem me auxiliando nessa jornada da pesquisa, Conceição Evaristo.

Naquela manhã de agosto, marcada pelo término da disciplina de *Práticas psi: oralidades e subjetividades*, tivemos a presença em pessoa de Conceição Evaristo, cuja obra e aprendizados estiveram conosco durante todo o período. A autora trouxe para nós o sentido de escrevivência dentro da academia, se firmando como gesto de revolta frente a esse espaço repleto de conceitos e métodos impregnados de abstração, sem nenhum vínculo com a vida. Assim, escrevemos nossos textos a partir de nossas vivências, sendo um diferencial que essa academia clássica, eurocentrada, não tem competência para acolher. Conceição Evaristo (2024) nos lembra naquela manhã que a escrevivência é também compromisso com os nossos, sendo preciso estar em comunidade utilizando essa ferramenta. É, portanto, uma escrita que emerge para o coletivo, carregada de experiências que podem ser partilhadas, pois não se esgota na própria pessoa de modo individualizado. Ao escrever sobre mim, falo também sobre o nós.

Esses dois momentos de trocas tão fundamentais, podendo ouvir Patricia Hill Collins e Conceição Evaristo, seguem reverberando de modo muito significativo, me permitindo sentir alegria na produção de conhecimento. A noção de pesquisa que eu tinha aprendido durante a graduação era tão sisuda, fria... Acho que era esse um dos motivos de eu ter tanta dificuldade para criar porque, agora vejo: *a vida não podia aparecer*. Não era *adequado*, pelo bem da manutenção dos saberes hegemônicos. Escrever é uma tarefa difícil, exige muito de nós, por vezes machuca, requer pré-dispo-

sição, mas tem algo que Conceição Evaristo e Patricia Hill Collins oferecem que é fundamental: *não perder de vista a existência vivida...* E a partir daí, por mais que sim, escrever seja um compromisso árduo, temos também a pesquisa como algo que nos traz alegria, que vibra, tem energia e nos permite ir ao passado para pensar o futuro, sem um peso de ansiedade por não saber o que vem a seguir, mas firmando os pés no agora para continuar caminhando – é uma imagem que ajuda a ilustrar o sentido de *tornar-se*, de construção de identidade que Patricia Hill Collins e Conceição Evaristo me ajudam a entender.

Me posiciono nessa jornada enquanto uma pessoa negra, com deficiência, estudante do mestrado e única autista da minha turma de 2022 do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense.

De forma geral, neste país estruturalmente racista e machista, o protagonismo negro para se expressar, sem intermediários, foi invisibilizado, senão questionado e punido. Até mesmo o nosso maior escritor, Machado de Assis, teve sua identidade como homem negro silenciada ou negada – censuras da máquina colonial que se alimentou da escravidão e ainda rumina nas mentes e corações deste povo. Este não é um problema só dos negros, é de todos os brasileiros, que, ao menosprezarem a participação de uma parcela da população na construção desta sociedade, de quem somos como brasileiros, também fraturam a sua própria tradição, preservam a própria alienação. Aos brancos que ignoram o racismo, resta gozar os privilégios decorrentes de sua cor de pele e traços anatômicos, em detrimento da vida, direitos e potencialidades das pessoas negras (Jaqueline Gomes de Jesus, p.9, 2017).

Esse ruminar da máquina colonial que a psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus (2017) evidencia na epígrafe do texto produz efeitos de apagamento sobre uma parcela fundamental da nossa sociedade – o povo negro. Efeitos esses que alcançam os modos como a gente se relaciona com a nossa própria história e o saber.

É nesse sentido que começo essa escrita, falando de como é urgente e fundamental ter uma disciplina voltada para os debates sobre a produção de subjetividade e processos de exclusão social dentro da universidade, mais precisamente no programa de pós-graduação em psicologia.

Há pouco mais de 10 anos atrás caminhei pelo campus da UFF como estudante de graduação, trilhando o processo formativo para me tornar psicóloga, e as discussões que envolvem indivíduos marginalizados e saberes periféricos nunca se fizeram presentes em sala de aula ou mesmo entre os corredores da universidade.

Apesar de fazer parte daquele espaço dentro de um ponto de vista óbvio e burocrático: sendo aprovada nas etapas do vestibular e, posteriormente, recebendo um número de matrícula que me afirmava enquanto estudante da UFF, nunca me vi pertencente a esse lugar.

Era sempre a sensação de estar do lado de fora, de não conseguir estabelecer relações com o ambiente em si, tão diferente do lugar onde moro e seus atravessamentos (São Gonçalo) e menos ainda com as discussões das disciplinas, sempre pautadas em referenciais brancos, masculinos e europeus.

Retornar nesse espaço como mestranda tem sido um desafio enquanto pessoa negra e com deficiência, já que a questão da exclusão social é uma realidade que se impõe todos os dias na minha vida em meio aos diversos obstáculos que a sociedade capitalista, racista e capacitista engendra a todo momento – não seria diferente dentro do ambiente acadêmico, que é também um espaço de poder.

Por vezes, ou melhor, sempre, me vejo às voltas para habitar as salas de aula sem ser capturada pela ideia de uma performance neurotípica, que mascara e sufoca subjetividades de pessoas com deficiência – embora não seja discutida, tal performance também é marca presente no modo de produção do conhecimento hegemônico.

Estou buscando tomar esse cuidado na minha pesquisa também. Nela pretendo continuar aquilo que iniciei no ano de 2019, durante a especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras no Instituto Federal do Rio de Janeiro. Lá eu discuti sobre o racismo epistêmico e processos de apagamento de saberes negros, me apoiando na noção de “máscara de silenciamento” trazida pela psicóloga portuguesa Grada Kilomba. Naquele momento tentei entender como esse instrumento do período colonial continua presente nos dias atuais, provocando o silenciamento de intelectuais e saberes negros.

E é nesse sentido que venho pensando também a importância de construir a dissertação do mestrado a partir de uma perspectiva mais implicada com realidade e onde eu possa aparecer mais na escrita, furando a ideia de neutralidade que visa afastar o pesquisador de sua construção – o que não é possível, já que falamos sempre a partir de uma história, local e contexto específicos, como nos lembra Muniz Sodré (2006) em seu artigo *Diversidade e Diferença*.

A disciplina de *Subjetividade, Política e Exclusão Social*, embora tenha chegado ao seu término, ainda me ajuda a pensar essas questões. Lembro que logo no início, mais precisamente em nossa segunda aula, discutimos sobre os modos de pensar, falar e agir que estão alinhados à uma produção predominante de conhecimento. Modos esses que se apresentam como oficiais, válidos, científicos e únicos possíveis.

Essa conversa resgatou em minha memória uma leitura de Grada Kilomba (2019), ao dizer que as produções que envolvem o conhecimento, a erudição e a ciência estão diretamente ligados ao poder e à autoridade racial, entendendo que o centro acadêmico é um espaço branco que privilegia discursos teóricos desenvolvidos por indivíduos brancos, lançando negros e negras às margens, no lugar do outro que tem o saber desqualificado e visto como conhecimento inválido.

Questionar essas verdades cristalizadas é um exercício cada vez mais necessário para não cair nos perigos da naturalização e reprodução de discursos que sufocam saberes e existências que escapam a esse mecanismo hegemônico. É importante, portanto, entender a periferia como potência.

Isso caminha de encontro ao que Muniz Sodré (2006) busca nos mostrar. Afinal, existe uma barreira que tolera o diverso até certo ponto, sem uma compreensão real e aprofundada dessa realidade existente. Para o autor, a discriminação se dá pelo “fato de ignorarmos – afetivamente, intelectualmente – que estamos excluindo o outro, o diverso, por não termos possibilidade de lidar existencialmente com a diferenciação” (SODRÉ, 2006, p. 9).

Dessa maneira, trazer luz aos saberes e realidades que falam a partir das margens passa pelo “reconhecimento – não apenas intelectual, mas principalmente sensível – de sua liberdade de se interrogar singular e diversamente sobre o seu próprio destino”, nos acena Muniz Sodré (2006, p. 14). Buscar nossos próprios referenciais, lançando mão de reflexões capazes de dialogar com nosso povo, história e modos de existência abre caminhos para resgatar o nosso passado, entender nosso presente e traçar estratégias para nosso futuro. Não se trata de demonizar as leituras de autores clássicos, mas de pensar a importância de visibilizar e ampliar saberes contra-hegemônicos que tanto têm a nos dizer e mostrar.

Foi pensando nesses pontos que o texto intitulado “*Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça*” foi desenvolvido por mim em 2024. Mais do que um artigo para obtenção de nota em disciplina, foi um exercício importante para que eu fosse capaz de pisar no ambiente acadêmico de uma outra maneira, trazendo minha bagagem enquanto negra, autista, o compartilhar de experiências com meus pares, além do forte reencontro com leituras ancestrais através da arte. Tudo isso convergiu de tal forma que me trouxe um alento, pois eu não sabia ser possível trazer e tornar minha vida tema de reflexão. Essa aproximação entre os episódios de vida se costuraram de tal forma aos conceitos debatidos no texto que foi um sentimento muito forte de potência, de descobertas e grande conexão com as autoras, pois as ideias propostas não eram coisas distantes, fora da minha realidade ou de difícil compreensão, pois tinham ligação direta com a experiência vivida.

Esse movimento de tecer temas com minha trajetória, fazendo da escrita uma ferramenta de força, denúncia e afirmação me aproxima de Gloria Anzaldúa (2000), escritora chicana que acena para a escrita como registro vivo. Diz a autora:

escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Então, não é para isso que as produções acadêmicas devem servir, senão para nos formar subjetivamente, como pessoa diante das nossas marcas, histórias e partilhas?! Sim, é por esse caminho que quero seguir.

## CAPÍTULO DO LIVRO 1

## Deficiência, raça e educação: cruzamentos a partir de uma vivência negra e autista

*Aline Tavares de Souza Rodrigues<sup>2</sup>*

Esta é a minha casa, e na minha casa eu não tolerarei nenhum tipo de ódio. Racismo, homofobia, transfobia, xenofobia ou misoginia. Este é um espaço de autovalorização, um espaço de liberdade. Todos aqui tem seus valores próprios. Me respeita. Respeita minha história. Respeita o meu povo e minha comunidade (ERIKA HILTON, 2024).

Antes de falar a respeito do discurso que inicia esse texto, me permita uma apresentação. Me chamo Aline, sou uma pessoa negra, dentro do espectro autista, pertencente à comunidade LGBTQIAP+, moradora da cidade de São Gonçalo, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. Também sou filha de Alice e Alcebiades, que sempre fizeram o possível e o impossível para que eu pudesse me desenvolver com saúde e amor.

Escrevo em primeira pessoa como uma aposta política e metodológica, numa caminhada que vai ao encontro do sentido da escrevivência – uma ferramenta de produção de conhecimento, afirmação de vida e, como venho entendendo nesse percurso, de acessibilidade, contribuindo com a formação de identidade. Encaminho esse texto porque escrever é uma forma de agir, escrevo para alcançar espaços e conversas que estão em movimento, propondo reflexões criativas, transformadoras e efetivamente inclusivas.

Pensar a escrevivência não só como conceito teórico metodológico e também instrumental acessível não se deu de hora para outra. No artigo “Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça”, de minha autoria, teço as relações entre interseccionalidade e escrevivência, trazendo em cena as experiências do meu cotidiano enquanto uma pessoa negra e autista.

Situações vividas ajudam a compreender a força da escrevivência como método, produção de conhecimento e ferramenta potente, uma delas foi minha experiência como debatedora sobre

---

2 Discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense. E-mail: alinetsrodrigues@gmail.com



deficiência na 9ª Mostra Internacional de Teatro de São Paulo. Me comunicar oralmente sempre foi, e será, uma dificuldade.

Lembro de uma das manhãs que antecederam a apresentação, eu estava sentada e refletindo sobre o que poderia falar, quando de repente comecei a colocar minha apresentação no papel, fazendo um registro escreviente que tinha um sentido de suporte para que eu pudesse realizar aquela tarefa mas, para além disso, de uma escrita oralizada que abre caminhos para afirmar minha identidade enquanto pessoa negra, autista. Foi um momento muito marcante, senti correr no meu corpo a importância da escrevivência, não apenas naquele momento que envolvia a apresentação, mas para a minha vida em toda sua plenitude.

Quase esqueci de trazer algo que me compõe: também sou mestranda de psicologia. Em 2019 volto a pisar em solo acadêmico depois de tantos anos longe, encaminhando estudos sobre o ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras no Instituto Federal do Rio de Janeiro... sob a orientação amorosa e potente da ancestral Angela Coutinho, encerro minha caminhada na especialização e ingresso na Universidade Federal Fluminense como uma pessoa negra e autista estudante – inverte essas posições para me apresentar a você por entender que não há como dissociar esses atravessamentos da pesquisa, compreendendo que a produção de conhecimento é tecida por meio da forma como vejo, sinto e experencio o mundo.

Em outras palavras, sou uma pesquisadora que discute e escreve sobre raça e deficiência, mas que antes desse exercício acadêmico, é atravessada por esses elementos, marcando uma perspectiva interseccional que se faz compreender em minha própria vida. Costumo dizer que, quando eu saio da universidade e sigo o rumo de casa após um dia de reflexão sobre esses atravessamentos, continuo sendo uma pessoa negra e autista, então não se trata apenas de um estudo, mas de uma ferramenta que contorna minha existência.

É nesse sentido que disparo a epígrafe que introduz esse texto. Embora já se encontre algumas páginas atrás, o discurso da deputada federal Erika Hilton (2024) que começa esse capítulo-reflexão se faz presente em toda caminhada feita até aqui. Há muito tempo não sentia algo tão impactante, a ponto de sentir arrepios no topo de minha cabeça. Absorvi cada uma de suas palavras enquanto repetia internamente: “É isso, é isso!”.

No discurso, a deputada não negocia com nenhum tipo de violência, e marca a valorização de vidas que são historicamente postas em um lugar de silenciamento e invisibilidade. Ouvi seu discurso inúmeras vezes, não apenas na noite em que foi disponibilizado na internet, como também

nos dias seguintes. Discurso que foi transmitido no mês de abril, o mês da conscientização do autismo.

Penso que esse resgate, esse sentido que coloca o autismo como tema, curiosamente, evidencia apagamentos e alimenta estereótipos sobre o que é/como é ser autista. Trazer esse ponto em cena é fundamental para rachar a ideia cristalizada de que autistas são sempre crianças brancas, identificadas como pertencentes ao gênero masculino no nascimento.

Somos plurais, estamos nos centros urbanos, é verdade, como também nas periferias, aldeias, quilombos. Essa pluralidade também se apresenta nas nossas etnias, manifestações culturais, nas orientações sexuais, faixas etárias, nas outras deficiências que muitas das vezes se fazem presentes além do autismo... Enfim, há uma pluralidade que atravessa e forja nossas identidades.

Nesse sentido, é interessante trazer em cena as autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), que acenam para as transformações advindas das pesquisas sobre interseccionalidade, oferecendo instrumental necessário para entender as identidades individuais como algo em movimento, que é construído e atravessado por tantas possibilidades. Como dizem as autoras:

a ideia – que hoje se tornou senso comum – de que a identidade individual é moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para outro deve muito à premissa da interseccionalidade a respeito das identidades interseccionais. Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “Sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta “sou *simultaneamente* chicana e mulher e lésbica” expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual (COLLINS; BILGE, 2021, p. 188).

### *Pensar interseccionalmente*

Falar sobre construção de identidade, portanto, é se dar conta de experiências múltiplas, diversas. Não sendo possível considerá-la a partir de forma homogênea, uma vez que cada um de nós é atravessado por uma série de elementos distintos que marcam a nossa trajetória, os nossos modos de vivência. Sinto que é através desses cruzamentos que a interseccionalidade se faz presente, pois está para muito além de um conceito teórico formal, sendo essa uma ferramenta potente que nos auxilia inclusive a denunciar injustiças, encaminhar reflexões e promover mudanças. Penso que esse é o sentido e importância de se pensar interseccionalmente.

Não é possível ignorar raça, gênero, classe, deficiência quando nos debruçamos na interseccionalidade, pois são marcadores que falam de pessoas que estão à margem e são invisibilizadas. Isso nos ajuda até mesmo a questionar o termo “Abril Azul”, designado para marcar o mês da conscientização do autismo, mas que aponta diretamente para a ideia de que a condição estaria mais

relacionada às pessoas identificadas como meninos em seu nascimento. É um título que vem por desconsiderar outros corpos perpassados pelo espectro, e que não nos ajuda de fato, reverberando mais violências e apagamentos.

No artigo intitulado “Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça” (2024), utilizo as duas ferramentas para ilustrar como certas cenas acontecem em minha vida a partir dos recortes de deficiência e raça, sem uma questão de ordem sobre quem vem antes ou depois, pois elas irrompem de forma conjunta nas situações cotidianas.

No texto eu resgato com entusiasmo, que se faz presente até o momento e, com certeza, não vai se dissipar, o exemplo que as autoras Collins e Bilge (2021) trazem a partir do futebol:

Imagine um campo de futebol inclinado, instalado num terreno levemente em declive, no qual o gol do time vermelho fica no topo da colina, e o gol do time azul, no vale. O time vermelho tem uma evidente vantagem: quando tenta marcar gol, a estrutura do campo ajuda. Não importa quanto talento tenha, porque a força invisível da gravidade ajuda, logo não precisa se esforçar tanto quanto a equipe azul para marcar gol. Em compensação, o time azul trava uma batalha constante morro acima para marcar um gol. Pode ter talento e disciplina, mas tem a má sorte de jogar em um campo inclinado. Para vencer, a equipe azul precisa de talento excepcional. Fãs de futebol se indignariam se os campos de verdade fossem inclinados dessa maneira. No entanto, é isso que fazem as divisões sociais de classe, gênero e raça que estão profundamente interconectadas no domínio estrutural do poder – achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando, na verdade, não estamos (p. 24).

É um exemplo incrível e de fácil compreensão até mesmo para quem não acompanha o esporte. Certamente os astros do futebol achariam um campo nessas condições um total absurdo, mas é dessa forma que me sinto cotidianamente, mesmo com direitos previstos por lei e alguns recursos necessários para assegurar qualidade de vida. Assim como escrevo em meu artigo (2024), preciso repetir que esse exemplo me chama demais atenção, já que toda minha vida se resume a uma tentativa desgastante de “correr atrás”, fazendo de tudo para “dar muitos passos e me esforçando em dobro, o triplo, para dar conta de demandas e alcançar objetivos que para as outras pessoas parece algo tão simples” (RODRIGUES, 2024, p. 3).

Meu laudo, embora tardio, se deu por um caminhar agri-doce que envolveu lembranças de toda uma vida, meus pais também foram convocados pelas profissionais responsáveis a falar de situações ou comportamentos que eu tinha quando bebê até a adolescência. Revirar essas memórias foi um processo que me fez refletir e colocar um tanto dessas histórias num caderno que foi entregue para a neuropsicóloga e depois para a psiquiatra que assinou meu laudo, esse exercício acabou acelerando bastante a investigação delas.

Lembro de escrever com uma grafia tida como “garranchosa”, rápida demais, tanto pelo medo de esquecê-las quanto pela urgência de dar um novo sentido àquelas vivências, e assim a construção da minha identidade foi sendo tecida naquele momento, assim como sinto que vem se construindo agora enquanto encaminho essas palavras, entendendo os atravessamentos de ser uma pessoa autista, negra, lgbtqia+, moradora de São Gonçalo, filha dos meus pais etc.

Diante de todos esses pontos, penso no sentido de inclusão. Como inserir nossas existências, compostas por tantas marcas, nos espaços e nos diálogos? Escrevo essas linhas momentos depois de ler o *post* da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a ALERJ, que aprovou o projeto que entende o laudo médico como instrumento vitalício para autistas na garantia de direitos, proibindo a exigência de renovação periódica do diagnóstico (RIO DE JANEIRO, 2023).

A leitura do texto me faz rememorar algumas cenas que passei a viver quando me entendi autista, marcadas pela desconfiança da minha identidade, da minha condição. Cenas que se forjam no discurso de que sou uma pessoa forte, e se cheguei até onde estou sem nenhum tipo de suporte é porque dou conta de continuar caminhando sem apoio.

Uma dessas cenas aconteceu no meu segundo emprego de carteira assinada, o primeiro que tive com o laudo em mãos. Num certo dia comentei com um amigo sobre a dificuldade que eu estava sentindo para dar conta das demandas, situações inusitadas, dos inúmeros compromissos. Tinha vontade de gritar, sair correndo, torcia pelos momentos de silêncio que chegavam quando as pessoas iam embora e ao menos eu conseguia trabalhar sozinha na sala.

Lembro de comentar essas coisas e meu amigo dizer “Mas aí como é que você vai se adaptar ao trabalho? Você tem que se adaptar”... fui ríspida ao dizer que não sou eu que tenho que me adaptar, o ambiente ao redor que precisa criar condições para que eu seja, de fato, incluída naquele espaço. Já faz um tempo desde que essa conversa aconteceu, mas lembro que minha rispidez veio de um sentimento de indignação por ter que ouvir isso de um amigo. Falas como essas não são incomuns no círculo de amizade ou mesmo familiar.

Eu sou autista, sou também uma pessoa negra. Há 13 anos atrás senti uma dor muito forte na tarde do dia 31 de dezembro. Pensei ser uma dor de barriga e precisei ir ao hospital com urgência, lembro que meus pais pediram ao vizinho para nos levar de carro, eu não conseguia mais andar. Passei a noite e madrugada inteira esperando algum médico que pudesse de fato me atender para além de só perguntar o que eu sentia.

A dor na barriga na verdade era uma hemorragia interna, e no dia seguinte passei por uma cirurgia onde os médicos optaram por retirar um dos meus ovários sem ao menos tentar preservá-lo. De toda essa história o que mais lembro é da dor intensa e pensar “Será que ninguém vai me atender?”, eu já estava convencida de que iria morrer.

Recordo essas duas cenas, do trabalho e do hospital, costurando o sentido de que toda discussão passa pela questão racial. Penso em como seria a resposta do meu amigo e a celeridade do atendimento médico se eu fosse uma pessoa branca, se eu não tivesse um suposto perfil forte e que aguenta tudo muito bem, que pode dar conta de inúmeras tarefas e que consegue segurar a dor madrugada adentro.

São imagens vividas em contextos diferentes, mas que sempre permearam minha história. Importante dizer que muitas dessas cenas foram vividas também em espaços de formação educacional, quando o diagnóstico ainda não era de conhecimento meu e das demais pessoas, embora minha deficiência estivesse sempre ali presente. As vezes penso em como teria sido experimentar os longos anos de formação educacional sabendo de minha condição, tendo o laudo nas mãos, mas naquela época as informações acerca do autismo não chegavam em muitos lugares e, minha casa, o bairro onde eu cresci, era um exemplo disso.

Minha mãe por vezes lamenta não ter “ido atrás mais cedo”, um lamento que não cabe de forma alguma. E quando alguém utiliza a expressão capacitista “epidemia de autismo” para tentar dizer que existe um número grande de diagnósticos atualmente, lembro do lamento da minha mãe, que gostaria de ter possibilitado maior qualidade de vida e garantia de direitos através do laudo ainda na minha infância, para que eu pudesse crescer, segundo ela, “sem tanto sofrimento”.

## Intersecção, educação e autismo

É perigoso trilhar pelo caminho posto pela colonialidade, que é branca e sem deficiência. A ideia de “epidemia de autismo” traz consigo todo um apagamento, invalidando uma luta que é muito difícil, sobretudo para pessoas que escapam ao imaginário autista da criança branca, lida como menino no nascimento, moradora dos centros urbanos e com aptidão para as ciências exatas.

Esse tipo de discurso, além de negar o fato de que atualmente o acesso à informação e discussões acerca do autismo tem sido mais possível do que há alguns anos, não contribui e trata com

muita hostilidade um processo que é extremamente difícil e não se encerra ali. Com o laudo nas mãos, a pessoa vai para o mundo e, no caso da criança autista, os espaços de ensino se apresentam como esse lugar de muitos desafios e possibilidades.

Lembro de enxergar a escola como se ela tivesse o triplo de tamanho, da dificuldade de interagir com os colegas de turma e até mesmo de não querer falar com ninguém em certos momentos, da dor que eu sentia ao ouvir o “sinal” tocar, da professora de matemática gritando após eu ter ido pela terceira vez na mesa perguntar a mesma coisa porque eu ainda não tinha entendido, do sorriso da professora de artes elogiando minha técnica de desenho e me chamando de “ousada!”, do leite B que a escola distribuía para os alunos e que minha mãe transformava em receitas gostosas lá em casa. Memóriasagridoces que, embora tenham sido há tantos anos, recordo com riqueza de cores, detalhes, desânimos e alegrias. Lembranças de uma criança negra e com deficiência nas escolas pelas quais passei.

É uma experiência interessante rememorar essas histórias e me deparar com o que se entende sobre autismo, como se fosse possível colocá-lo dentro de um único referencial, apagando o sentido do espectro que acena para tantas possibilidades. Me causa desconforto e estranhamento quando encontro produções que colocam o autista como pessoas sem história, sem agência, interesses ou capacidade de falar por si mesmo. Produções que dizem sobre o autista, sem autistas.

Nesse sentido, até mesmo os enunciados me chamam atenção, como no texto que li sobre a presença de estudantes autistas no espaço educacional, nomeados unicamente como “alunos com autismo”, sem nenhum outro tipo de variação no decorrer da leitura. Essa escolha de palavras não nos permite ver nada além do que se apresenta, forjando um rótulo que desconsidera suas histórias, as relações com os outros colegas, suas potencialidades e dificuldades frente a um espaço que é pouco ou nada inclusivo.

No artigo sobre a escolarização de crianças e adolescentes autistas, Stéfanie Lima e Adriana Laplane (2016) observam que “a participação de alunos com autismo no ambiente escolar ainda é problemática e se encontra distante das metas inclusivas” (p. 281). No entanto, cabe dizer que problemática é a forma como esse ambiente recebe e pensa estratégias para a permanência de estudantes neurodivergentes.

Por isso, é importante fazer um movimento que considere as singularidades dessas crianças e jovens, rompendo com discursos e práticas que acabam por reiterar uma espécie de identidade única de pessoas autistas que não nos ajuda efetivamente, pois não reflete nossa realidade e desconsidera o fato de que nenhum de nós é igual, pois somos atravessados por histórias diversas.

Encerro essa escrita retomando o que falei momentos atrás, pois embora o texto precise chegar ao fim por ser uma etapa do processo, eu continuarei sendo uma pessoa negra e autista. Pensando nisso, entendo que a discussão aqui posta precisa, assim como eu, continuar respirando, ganhando espaços, mantendo-se viva.

Viva para questionar, romper com as ideias que insistem em colocar autistas dentro de uma representação única, branca, lida como menino no nascimento – reforçando imagens que teimam em tentar nos enfraquecer, calar, visando retirar de cena a nossa pluralidade e possibilidade de falar por nós mesmos.

Finalizo com o pacto “A gente combinamos de não morrer”, que dá título ao penúltimo conto da coletânea *Olhos D’água*, de Conceição Evaristo (2016). Combinamos de não morrer, combinamos de inventar caminhos, de falar por nós mesmos, pois nada sobre nós sem nós.

## REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d’água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

HILTON, Erika. Áudios de Beyoncé e da deputada federal Erika Hilton na abertura do show da Ludmilla no Coachella 2024. Postado em: 14 de abril de 2024. X. Beyoncé Access. Disponível em: <https://twitter.com/beyonceaccess/status/1779655157858353490?t=9YxZghC2kNjXS2H3dUResA&s=19> Acesso em: 21 de abril de 2024, às 08:56.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Escolarização de alunos com autismo. *Rev. Bras. Ed. Esp*, v. 22, n. 2, p. 269-284, abr./jun. 2016.

RIO DE JANEIRO. Lei Nº 10.186, de 23 de novembro de 2023. Dispõe sobre o laudo médico que atesta deficiências irreversíveis ou transtorno do espectro autista – TEA. Rio de Janeiro: Legislação, 2023.

RODRIGUES, Aline Tavares de Souza. *Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça*. *Ensino, Saúde e Ambiente*, Niterói, v. 17, e60188, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2023.v17.a60188>

**SOBRE A AUTORA:** Aline Tavares de Souza Rodrigues é graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-

brasileiras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e mestranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).



## CAPÍTULO DO LIVRO 2

## O autismo não tem cara: reflexões sobre o diagnóstico a partir de uma perspectiva interseccional e escritiva

Antes de tudo, é necessário que eu me apresente. Me chamo Aline, meus pais são Alice e Duda, moro em São Gonçalo, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Essa escrita acontece no momento em que estou cursando o mestrado de psicologia na Universidade Federal Fluminense. Em 2021, durante a pandemia da COVID-19, aos 30 anos de idade, recebi o diagnóstico do espectro autista, descoberta que segue germinando possibilidades, aprendizados e fortalecimentos.

É sobre esse acontecimento, não apenas da obtenção do laudo em si, mas de como ele segue presente em minha vida, que quero tratar aqui. Presença que, como disse anteriormente, vem germinando... Até aqui são 3 anos desde o dia em que a psiquiatra afirmou que eu – assim como ela – também fazia parte do espectro e, de lá para cá, esse (re)conhecimento se transforma, floresce e põe em cena o sentido de uma identidade que vem se forjando. Sentido que vem a partir do momento em que a deficiência ganha nome através do laudo. O autismo sempre esteve presente na minha vida antes do diagnóstico, eu só não sabia disso, embora sentisse no corpo, na forma de ver e perceber as coisas, que tinha algo diferente em relação às outras pessoas.

Sei que a palavra “diagnóstico” é motivo de ojeriza, críticas e desconfortos, sobretudo nos debates psis que vão ao encontro da não medicalização. No entanto, é preciso pensar o laudo para além de uma tentativa de enclausuramento, de sufocamento de vida. Afinal de contas, de que vida estamos falando já que, para algumas pessoas, a busca pelo laudo é exaustiva, humilhante e até mesmo violenta? Os percalços são ainda mais evidentes quando recortes interseccionais como raça, gênero, classe social e orientação sexual são adicionados a essa procura.

Na dissertação intitulada “*Olhares possíveis sobre a crise: medicalização da vida e práticas de cuidado no contemporâneo*”, Anna Luiza Ragonha dos Reis (2015) põe uma perspectiva sobre o uso indiscriminado de remédios e diagnósticos. O trabalho vem a partir de uma série de situações que a autora observa, lhe causando grande desconforto:

surge do encontro com o bombardeio de sites, blogs, grupos de apoio criados na internet, notícias veiculadas na mídia (“alterações na língua podem indicar problemas”, “antidepressivos são utilizados em arara que tirava com o bico as próprias penas”, “Angelina Jolie extirpou as mamas saudáveis com medo de que adoecessem e a levassem à morte”), seções especializadas em saúde, programas sobre

saúde (Bem-Estar, Até Quando Você Quer Viver, Medida Certa). Um excesso de lugares que apresentam e privilegiam determinado modelo de saúde como ideal a ser atingido: corpo saudável é corpo jovem, magro, belo e que nunca adocece. Corpo que atende a um tempo de urgências, de uma nação que trabalha, que estuda e que batalha posto que não pode parar por conta de uma gripe: É a nação CORISTINA D que faz acontecer (REIS, 2015, p. 18).

Para discutir o tema, a autora (2015) desenvolve uma personagem chamada Lolli, que sofre os efeitos de uma crise que a desestabiliza completamente. O acontecimento é descrito na dissertação como algo capaz de anunciar outra maneira de se relacionar com o copo, fugindo de uma ideia patologizante e rompendo com o que chama de “clausura do diagnóstico e da medicalização” (REIS, 2015, p. 24). O texto não dá evidências da raça, idade, orientação sexual da personagem e, embora tratada nos pronomes femininos, também não temos notícias de seu gênero. Tampouco se é uma pessoa com deficiência ou não.

Sou uma pessoa das imagens e do pensamento literal. Com minha saudosa orientadora Angela Coutinho – que se fará presente no decorrer dessa escrita e falarei melhor adiante – aprendi que tudo é texto, de modo que podemos estabelecer leituras não só pela grafia das palavras, mas também pelas figuras... Por isso, imaginar essa personagem é um processo complexo para mim, dada a falta de elementos que a constituem. Não sabemos como ela é, quem é, e o que desencadeia suas crises.

Em dado momento, Anna Luiza Ragonha dos Reis (2015) afirma que a instabilidade sofrida pela personagem marca uma quebra com o que até então vinha caminhando bem, sem grandes desconfortos e dificuldades em sua vida, fazendo o cotidiano se tornar de uma hora para outra algo difícil de suportar. Vemos Lolli diante do que a autora chama de desterritorialização, um rompimento com um certo modo de vida que já não serve mais, sendo necessário inventar, anunciar novas possibilidades.

Acredito que a personagem em questão não seja autista, tendo em vista que a dificuldade em estar num mundo que não foi planejado para/por pessoas com deficiência é uma perturbação constante. Nesse sentido, é difícil pensar a possibilidade de um horizonte tranquilo e coordenado e que de repente é rompido, já que a vivência dentro do espectro implica em lidar com desconfortos o tempo todo – de modo que a crise vem não no sentido de encaminhamento de outras possibilidades e ruptura com o que estava posto anteriormente, como a autora apresenta, mas como uma espécie de caixa d’água que rompe por não aguentar situações que vão do micro ao macro sem cessar: desde o barulho do tiquetaque do relógio que incomoda até um ônibus lotado onde as pessoas sentadas olham para você, para o seu cordão de autista e finge que não leu a informação – e nisso você con-

tinua em pé, tentando se equilibrar, lidando com o excesso de estímulos e o desconforto que é ter vários corpos roçando no espaço apertado.

A dificuldade para lidar com os atravessamentos próprios do espectro não se dão de maneira isolada, pois meu corpo carrega ainda as marcas de uma pessoa negra, que tem também o déficit de atenção e hiperatividade, que é parte da comunidade lgbtqia+, moradora de São Gonçalo, uma cidade que acabou de reeleger um candidato da extrema direita para a prefeitura, cidade que é historicamente território indígena, mas pouco se sabe sobre isso... São tantos os marcadores interseccionais que não há como desconsiderá-los em um momento de crise por exemplo, e é nesse sentido inclusive que o laudo me ajuda a entender que não sou *só* autista, me trazendo uma espécie de lente que ajuda a me dar conta desses outros recortes que me compõem.

Acredito que Lolli também não seja uma pessoa negra. Observação que me faz ir de encontro ao Abrahão de Oliveira Santos (2023) quando acena para o fato de que a desconstrução/desterritorialização pode provocar efeitos psicoterapêuticos interessantes para os grupos de pessoas brancas do Brasil, sendo necessário atentar que tal movimento pode acabar por reproduzir a situação que funda nosso país quando pensamos nas pessoas negras e indígenas. Nesse sentido, “na estratégia da dominação pelo desterro, o negro é o tempo todo desconstruído em sua identidade, o que torna terrivelmente angustiante ser negro no Brasil. Assim, é preciso pensar se a desterritorialização aumenta ou diminui a potência do povo negro de crescer, desenvolver-se, fortalecer seu corpo, sua comunidade, e suas lutas periféricas” (SANTOS, 2023, p. 134).

Entendo e acho realmente importante o debate sobre uso indiscriminado de medicamentos e de que modo os diagnósticos vem se dando atualmente, e definitivamente não é isso que está em questão aqui. No entanto, é fundamental que tal crítica se dê sem desconsiderar outras perspectivas, levando em conta as identidades que são forjadas a partir do diagnóstico de pessoas com deficiência, por exemplo. Em outras palavras, é importante compreender a busca pelo laudo como estratégia de formação subjetiva... Embora eu seja autista desde sempre, fui *me tornando* na medida em que a vida foi acontecendo e se entrelaçando com tudo que fala sobre mim: uma pessoa negra, tdah, lgbtqia+, 30+, moradora de São Gonçalo, mestranda de psicologia. Desconsiderar essas questões é promover ainda mais do apagamento que pessoas com deficiência enfrentam cotidianamente, além de ignorar o viés interseccional que deve ser considerado. Afinal de contas, de quais corpos, de quais pessoas estamos nos referindo quando o assunto é a busca e obtenção do diagnóstico? Não se pode partir do princípio de que o laudo é algo de fácil alcance para todos.

Para negros e indígenas que estão dentro do espectro a procura pode ser uma batalha árdua e longa, envolta em várias possibilidades que vão desde a questão financeira, tendo em vista os gastos

que envolvem as consultas, avaliações e entrevistas até a desinformação por parte de psiquiatras e neurologistas – profissionais responsáveis pelo processo de investigação da neurodivergência e elaboração do laudo – presos numa ideia completamente distorcida do que é ou não autismo – como se a deficiência tivesse uma cara única.

Para Anna Luiza Lagonha dos Reis (2015) “não existem verdades universais e absolutas, mas regimes de verdade construídos e hegemonizados em determinada época” (REIS, 2015, p. 27). É justamente por entender a importância de resgatar outros sentidos que escolho trazer uma outra perspectiva para a questão do diagnóstico, tendo como suporte a escrevivência de Conceição Evaristo que, para além de método epistemológico, se desvela em meus passos como ferramenta de acessibilidade. É essa ferramenta que vem me fazendo entender o autismo a partir do que ele de fato é – um espectro, acenando para inúmeras possibilidades e recortes, já que nenhum autista é igual ao outro. Quanto mais utilizo a escrevivência – que tanto me auxilia na formação subjetiva – encaminhando um *tornar-se* pessoa negra e autista, mais me desamarro da ideia de “transtorno”, palavra imersa num horizonte colonial, patologizante, que só vem por reforçar mais estereótipos do que é ser autista, reproduzindo absurdos como “*epidemia de autismo*”: expressão carregada de um sentido negativo e violento que relaciona deficiência à doença e proliferação, como algo negativo e que deve ser combatido. Se os diagnósticos vem crescendo no cenário atual, é em consequência de um acesso maior de informações acerca do espectro.

Resgato minha história para torcer essas expressões de verdade, lançando mão de uma perspectiva que compreende diagnóstico não como clausura e vigilância de corpos, mas instrumento que, além de garantir direitos estabelecidos em lei, pode alcançar identidades, ativar memórias por vezes esquecidas e que podem vir a ganhar novos contornos. Como uma pessoa autista e negra, é inviável pensar o laudo como aprisionamento, um mero papel assinado que limita a existência (como já ouvi algumas vezes, sempre por parte de pessoas sem deficiência), mas como instrumento de garantia de direitos, de afirmação de identidade numa sociedade racista e capacitista que ignora nossa existência e não cansa de expressar com gestos e insinuações que o nosso lugar é trancado dentro de casa. Não nos querem nos espaços, seja na fila prioritária do supermercado ou levantando essa questão do diagnóstico que aqui apresento.

É interessante refletir sobre os contornos que a vida vai ganhando em meio aos lugares, escolhas, estudos que a gente se debruça. Digo isso pensando no sentido de escrevivência trazido por Conceição Evaristo, essa ferramenta de afirmação da vida do povo preto, que também é modo de produção de conhecimento que vai de encontro às nossas histórias. A escrevivência vem acontecendo, tomando novos rumos, se espraiando na minha trajetória na medida em que a pesquisa

acadêmica acontece, ganhando texturas conforme o estudo vai se entrelaçando à minha vivência negra e autista. É em meio a esse cenário de maturação que me dou conta do escrever como instrumento que, além de dar luz à minha trajetória, também alcança a deficiência e todo um sentido de comunidade, pois não há aqui nenhuma escrita de si, individualizada, ensimesmada. O ato de escrever carrega todo um movimento de retomada, de memória, de tornar-se e (re)conectar-se com os nossos.

Essa compreensão não se deu de hora para outra, vem acontecendo junto aos passos trilhados na academia, ao processo de construção de identidade que foi e vem se fazendo nesse percurso, na tentativa de vigorar uma epistemologia que fosse de encontro também às minhas dificuldades enquanto neurodivergente dentro desse ambiente – ainda tão sem deficiência – e ao fato de que o trabalho da minha vida não é a dissertação ou a tese que virá... Como disse a professora Angela Coutinho, minha orientadora do programa de pós-graduação em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras do IFRJ, o trabalho da minha vida é viver. Embora tenha feito a passagem poucos meses após a defesa que me deu o título de especialista no tema, é evidente para mim que a querida professora continua me inspirando e orientando.

Com ela entendi que, embora as pesquisas em determinado momento cheguem ao fim por mera formalidade do processo, minha vida vai continuar com todas as suas marcas e memórias. A partir daí fui me dando conta da importância de pensar um método, uma produção de conhecimento que acolhesse minha vivência em toda sua inteireza – ou pelo menos de tudo que eu estivesse disposta a compartilhar com a academia – sem querer deixá-la do lado de fora desse ambiente. Depois de tantos anos achando que a universidade tinha algo a me explicar, fui percebendo que *eu* tenho algo a mostrar – não digo ensinar porque é uma tarefa desgastante, sobretudo para quem não faz a menor questão de nos ouvir/ler, mas acenar para o fato de que eu, nós, pessoas negras, com deficiência, existimos.

É nesse sentido que o laudo vem como esse instrumental capaz de potencializar nossas histórias, fazendo com que elas sejam contadas por nós mesmos e até um passo antes disso – dando a oportunidade de estarmos vivos, falando sobre nós. Particularmente, não sei como seria minha vida se a descoberta do espectro tivesse acontecido anos antes, hoje entendo que as coisas foram se encaminhando do modo como tinha de ser, mas lembro da recorrente sensação de não pertencimento aos espaços, sejam eles brancos e/ou sem deficiência.

Tenho lembranças muito vivas dos vinte e poucos anos, transitando entre a universidade e espaços majoritariamente relacionados aos meus *hiperfocos* (que é basicamente um interesse muito grande em determinado assunto, chegando a ocupar boa parte do dia da pessoa neurodivergente) –

curioso lembrar que grande parte dos meus interesses naquela época eram uma espécie de extensão da realidade dos colegas brancos da universidade, e dela própria de modo geral: filmes e literaturas europeias, vontade de passear na zona Sul do Rio, exposições de pintores clássicos etc.

Apesar de tudo isso, tinha sempre algo de estranho lá no fundo, eu não sabia o que era mas sentia... Sabe quando você entra em determinado espaço, olha para aquelas pessoas e não se reconhece, não fica a vontade? No fundo eu sempre queria ir embora, as vezes querendo partir do próprio mundo porque a sensação era de ser uma farsa constante, eu não conseguia nem sorrir sem achar que eu poderia não estar sorrindo *direito*, mais parecendo que eu estava querendo morder alguém.

Foram longos anos utilizando o *masking*, estratégia que, tal como o nome sugere, é uma tentativa de esconder quem se é – mascarar a deficiência ao imprimir trejeitos e performances considerados socialmente adequados. Ainda sofro com essa estratégia atualmente, é possível que seja um tormento que eu tenha que lidar durante toda vida, mas acho que, talvez, nada se compare a dor que era usar algo que você nem sabia estar utilizando, mas que pesava sobre seu corpo inteiro e moía a cabeça.

Todo esse período acadêmico sem me saber pessoa com deficiência também se deu num momento muito intenso de tentativa de embranquecimento, ou pior, sinto que justamente por estar numa instituição historicamente marcada por saber brancos, reproduzidos por pessoas brancas, me submeti a vários procedimentos para tentar, de alguma forma, corresponder àquele cenário... Embora já passasse pelo alisamento capilar desde o fim da infância, lembro que foi nesse maior contato com pessoas brancas, pela primeira vez vendo muita gente de outros Estados e de situação financeira mais confortável, que mergulhei muito intensamente nos alisamentos, maquiagens com tons muito mais claros, pregador no nariz e uso de roupas que – ao meu ver – imprimiam um certo *aesthetic*. Mesmo com toda essa parafernália o desconforto com meu rosto ainda era muito grande, de modo que joguei fora os poucos registros que tinha dessa época.

Mesmo sem qualquer fotografia daquele tempo, é algo que ainda não me sinto confortável o suficiente ao lembrar. Menos pela imagem que eu tinha e muito mais pela carga de sofrimento que havia nos bastidores e que só eu sei, embora agora você também saiba um pouco... Como na vez em que, por razões que realmente não lembro, comecei a chorar durante o grupo de estudos do estágio em psicologia hospitalar. Embora eu não consiga recordar o motivo, sei que eu estava desconfortável com algo forte naquele momento e queria ir embora para casa, possivelmente estava tendo uma crise – as páginas do texto lido ficaram manchadas com as lágrimas que caíam finas e sem parar, e tentei escondê-las de qualquer maneira. Provavelmente nunca vou saber se alguém chegou a ver o choro, a discussão da leitura seguia muito acalorada por parte dos colegas brancos. Lembro

também do estranho dia em que, já no fim de uma aula, tive a sensação de ter um raio atingindo minha cabeça, ocasionando uma dificuldade absurda para enxergar qualquer coisa, que dirá andar. Como eu consegui sair da UFF, chegar ao centro de Niterói e depois voltar para casa sozinha é um mistério.

Remexer essas memórias, por vezes dolorosas, me dá vontade de escrever, rompendo com os anos de silêncio, de choro ignorado e de me ver num certo lugar de desimportância. Preciso dizer que essa vontade não se dá no momento em que eu retorno à academia para cursar a pós-graduação, mas nasce a partir do instante em que finalmente recebo o diagnóstico que me confirma pessoa com deficiência e com déficit de atenção e hiperatividade. O próprio percurso que envolveu a avaliação neuropsicológica e entrevista trouxe essa necessidade, sendo inclusive um momento de resgate de muitas memórias, inclusive com meus pais.

Esse gesto de escrita foi fundamental para que o laudo fosse elaborado com certa celeridade, transformando todas as lembranças, todos os acontecimentos resgatados em um documento que foi entregue para a neuropsicóloga e, posteriormente, para a psiquiatra. O resgate dessas memórias também se deu pelo *encontro* com outros autistas, sobretudo negros e indígenas... É preciso que eu fale um pouco mais sobre isso, mas antes é necessário ir ao primeiro instante, o momento crucial que me fez buscar o diagnóstico.

No início de 2021 trabalhei no Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM. Naquela época ainda estávamos sob os riscos e cuidados da pandemia da COVID-19, de modo que foi a primeira vez em longos meses que saí de casa. Não é fácil pôr em palavras, mas é como se o fato de estar em contato com tantas pessoas, em um ambiente completamente diferente depois de um longo período em casa tivesse feito com que eu passasse a prestar mais atenção em mim, achando curioso certos hábitos que sempre tive mas que, de certa forma, passavam despercebidos.

Pois bem, em dado momento me percebo girando no corredor da escola após o término da prova e saída dos estudantes, literalmente fazendo um movimento de círculo para tentar de alguma forma drenar o cansaço, o não saber o que fazer ou talvez por ter feito até demais pelo tanto de interações sociais exigidas naquele dia. Esse movimento circular, que até então era comum e eu só deixei de fazer durante a pandemia – justamente no período de isolamento social onde as restrições de contato são colocadas e não há mais a interação com poucas ou muitas pessoas – me chama a atenção, pela primeira vez me dou conta desse gesto.

Naquele mesmo dia eu vou para casa e, como nada acontece por acaso, abro o *twitter* e me deparo com um relato que me dá uma sensação de familiaridade e estranhamento, um certo choque

também... Basicamente a pessoa havia comentado sobre fazer esse mesmo movimento de círculo, o que chamou minha atenção, pois logo me identifiquei com o gesto similar. Ela era uma pessoa autista com diagnóstico tardio, ou seja, adquirido já na vida adulta.

Essa é a cena que abre tudo que veio depois, porque a partir dela eu iniciei uma busca por cada vez mais relatos e correspondências... Essas similaridades foram me ajudando também a construir um material escrito, não só para que eu pudesse entregar aos profissionais futuramente, mas para que eu tivesse elementos para me compreender, me tornar uma pessoa com deficiência, olhar com mais carinho para a minha trajetória. Foi um processo importantíssimo e, dentro disso, encontrar, ler os relatos de autistas negros e indígenas foi um renascimento, me tornei pessoa negra e com deficiência pela troca de experiências com essas pessoas, por tudo que nos aproxima.

É interessante porque, por diversas vezes, pessoas me perguntam acerca de materiais teórico-conceituais acerca do autismo, para o aprofundamento do tema. Todo conhecimento que tive e tenho se deu por esse (com)partilhamento de histórias com meus pares pela *internet*, sobretudo negros e indígenas durante essa busca pela minha própria trajetória... Foi esse sentido de grupo, de comunidade que fomentou o instrumental necessário para que eu forjasse minha identidade, subjetividade, para que eu fosse – e siga – me entendendo depois de tantos anos de uma suposta “inadequação” e tivesse forças inclusive para ir atrás do laudo, etapa que eu sabia que iria me custar muito financeiramente e também a nível de paciência – já que o despreparo dos profissionais que deveriam ser aptos para a investigação é uma realidade.

No que diz respeito à questão financeira, arrecadei o valor necessário para ir atrás do laudo após um tempo, fazendo trabalhos artesanais e enviando pelo correio durante a pandemia – a arte sempre me ajudou muito, de modo que através dela consegui contornar situações difíceis e experimentar imensas alegrias, coisas pelas quais sou grata. Porém, toda vez que escuto alguém falar com desconfiança sobre o “*excesso*” de diagnósticos, de um aumento significativo do número de pessoas no espectro como se fosse um documento de fácil alcance, eu lembro do sufoco que foi para arrecadar o necessário, passando até mesmo pelo receio de não conseguir. É um documento caríssimo, cuja elaboração pode envolver mais de um profissional, testes, entrevistas e uma série de aparatos onde muitas das vezes o dinheiro (ou melhor dizendo, a falta dele) se apresenta como primeiro obstáculo nessa busca.

Daí a importância de inserir na questão a perspectiva interseccional colocada por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), afinal de contas, de quais pessoas estamos falando quando nos apoiamos na ideia de *epidemia de autismo*? É realmente impressionante que esse tipo de crítica não faça o menor esforço para esmiuçar as tantas realidades que podem atravessar a vida de uma pessoa,



querendo fazer valer o princípio de que todas partem de um mesmo lugar – o que é injusto. A deficiência não está apenas nas famílias brancas vindas dos grandes centros urbanos... e isso é algo importante a se dizer, pois lembro bem que, logo nos primeiros momentos em que suspeitei fazer parte do espectro, o dinheiro como substância para garantia de acesso ao laudo foi um grande motivo de preocupação, e honestamente continua sendo porque é ele quem ajuda a viabilizar terapias e cuidados adequados. O espectro não está presente apenas nas elites, portanto é necessário que isso jamais seja esquecido.

Quanto ao despreparo por parte dos profissionais, os consultórios são constantemente cenários de violência, apagamento e recusa para pessoas com deficiência, sobretudo quando essas escapam do ideal branco e masculino. O olhar de desconfiança é recorrente, assim como o discurso do “*Você não tem cara de autista. Não tem nada de errado, você até fala bem*”. Esse tipo de fala, além de trazer raiva e sofrimento, expõe ainda uma preocupação nada incomum: o medo de ter o espectro negado e, por consequência, o laudo, vendo o dinheiro adquirido com sacrifício *jogado no lixo*, nas mãos de profissionais que não sabem o que estão fazendo. Em dado momento da minha busca, desisti de ir atrás de médicos da minha e das outras cidades, pois já estava muito cansativo e desanimador. Foi através dos relatos de pessoas no espectro na *internet*, que consegui iniciar os processos com uma neuropsicóloga e, posteriormente, com psiquiatra de modo remoto. Ambas trabalhavam já com a questão do diagnóstico tardio para adultos e a psiquiatra, além de oferecer o atendimento em valor social, era autista – o que foi muito importante. Lembro que ela identificou quase que imediatamente o espectro, ficando indignada com as tantas negativas e olhares de desconfiança que eu até então vinha recebendo dos profissionais dentro do Estado do Rio de Janeiro.

Esse olhar de desconfiança não está só nos consultórios. Nos persegue no ônibus quando sentamos no banco preferencial, nas filas também preferenciais, na política de afirmação de cotas... Ainda me encontro mestranda de psicologia no momento em que escrevo esse capítulo. Ingressei no programa de pós-graduação da UFF como cotista pcd (sigla para *pessoa com deficiência*). Por pouco a história seria outra, pois o edital estava aberto no mesmo período em que repercutiu nas redes sociais a história de uma pessoa, negra e autista, cujo laudo havia sido indeferido pela banca examinadora em outra universidade.

Aquela história me assombrou por muito tempo, e ainda me causa pavor. Não se contesta laudo, ponto. Tampouco se deve utilizar de estereótipos para considerar o que faz ou não uma pessoa ser autista. Por isso, é necessário que as críticas aos diagnósticos sejam feitas considerando todas as possibilidades, e obviamente aqui estamos falando sobre uma condição que a pessoa vai car-

regar pelo resto de sua trajetória. Por esse motivo, o laudo vem como uma ferramenta que, além de tudo, lhe assegura direitos na sociedade, sendo a política de ações afirmativas um deles.

Por muito pouco desisti de *tentar* a vaga destinada às pessoas com deficiência, pelo medo de acontecer a mesma violência que a outra pessoa sofreu, vendo uma banca julgadora apontar o dedo e dizendo não ser autista o suficiente – coisa que escuto com uma frequência impressionante, *o capacitismo do dia a dia...* Foi desabafando com minha mãe que decidi bancar essa afirmação e ir atrás da vaga, num sentido político e em respeito à minha trajetória, à essa descoberta de uma vida inteira – ainda tão recente naquele momento – e também pensando o futuro, na importância de ver cada vez mais pessoas com deficiência cotistas, ingressando nos espaços que historicamente não foram pensados para nós. Era importante para mim assumir essa postura, sobretudo numa instituição de ensino que se diz inclusiva mas que, na realidade, ainda reproduz tantos silenciamentos.

Por isso, penso que é necessário discutir o laudo para além desse viés típico e sem deficiência, que se debruça unicamente na questão da medicalização e da patologização. Reproduzir essas falas é manter na obscuridade as vivências que falam a partir de um outro lugar – o da neurodivergência, da deficiência – ignorando por completo suas identidades, histórias e contribuições. É por isso inclusive que não há como disassociar o lugar que a interseccionalidade tem quando pensamos sobre o diagnóstico. Como nos afirmam as autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), a identidade é um aspecto fundamental para a interseccionalidade enquanto modo de investigação e práxis críticas. Temos aí a compreensão da identidade não como algo que se possui, mas algo que é forjado, construído.

Nesse sentido, as autoras (2021) acenam para o fato de que não há uma “essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 188), contextos sociais que se dão segundo as relações de poder interseccionais. Dessa forma, não é necessário mais questionar se, por exemplo: “sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta ‘sou *simultaneamente* chicana e mulher e lésbica’ expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual”, afirmam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 188).

Particularmente, a compreensão acerca do debate trazido pelas autoras (2021) se dá pela sua aplicabilidade, pelo sentido que a interseccionalidade assume na experiência vivida, numa espécie de movimento inverso: a existência para compreender o conceito. Conceito que é teórico e vivencial. No trabalho intitulado “*Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça*” de minha autoria (2024), compreendo a identidade como ação ininterrupta que é mar-

cada por muitos atravessamentos, não sendo possível, portanto, considerá-la como algo que diz respeito a um *eu* ensimesmado, encapsulado e imutável.

É por essa razão que vejo o encontro com minha negritude e deficiência como algo tecido a partir de minha própria história, é verdade, mas também pelas “correspondências com as histórias de outras pessoas, meus pares” (RODRIGUES, 2024, p. 8). Lembro que pouco depois de ter obtido meu laudo, vi um anúncio no *instagram* sobre vagas para participar de um grupo *online* de autistas, cujo propósito era fomentar a troca de experiências, acolhimento e tirar dali algum fôlego para seguir os dias.

Achei interessante e me inscrevi, desistindo logo após o segundo encontro, pois era um grupo majoritariamente branco, de um contexto social completamente diferente e com histórias que em nada se aproximavam das minhas. Algumas pessoas choravam se sentindo felizes por terem encontrado aquela fonte de apoio, e que bom por isso, mas eu sequer conseguia alcançar o motivo das lágrimas... pois bem, o fato de todas as pessoas ali presentes também serem autistas não era garantia alguma de pertencimento para mim. Foi uma experiência breve e estranha, mas ao mesmo tempo muito interessante, pois ter um marcador em comum (no exemplo em questão, fazer parte do espectro autista) não é fator determinante para um sentido de comunidade. Portanto, como incluir mais pessoas? Em uma palestra ocorrida na Faculdade de Formação dos Professores da UERJ em junho de 2024, Patricia Hill Collins foi interpelada por um jovem com deficiência, que relatou não se sentir incluído quando o assunto sobre minorias está em pauta. Acho que tanto a experiência que vivi com o grupo de autistas brancos quanto a fala do jovem acenam para um mesmo lugar, e é a autora (2024) que nos mostra o caminho: a importância de se pensar interseccionalmente, sendo um exercício que nos ajuda a pôr lentes nas questões de gênero, raça, classe, idade, território... Em outras palavras, é necessário cuidado e atenção, pois não tem como avançar se alguém estiver ficando atrás.

Essa é uma discussão fundamental quando trazemos em cena o laudo. É preciso atentar com relação as críticas que na verdade não são vazias, pois temos visto efeitos nocivos de apagamentos, silenciamentos de pessoas que são atravessadas por inúmeros marcadores de raça, gênero, classe social, deficiência – e que estão inseridas nas margens. Daí a importância de pensar o diagnóstico a partir de uma outra perspectiva – sobretudo na vida das pessoas que escapam completamente da imagem fixada do autismo, pois o autismo é fundamentalmente um espectro, não tem uma cara específica e está em todos os espaços – entendendo o laudo como ferramenta de garantia de direitos, de construção de identidade, de pertencimento e sentido de comunidade que nos fortalece pelas trocas, pelo (com)partilhar de experiências vividas.

Seria interessante terminar essa escrita por aqui, mas há poucas horas li uma informação que não poderia deixar de aparecer nesse debate, até porque diz muito sobre ele. No dia 30 de outubro de 2024, às 20:57, o conselho federal de medicina emitiu uma nota endereçada “aos médicos e aos brasileiros” para se posicionar contra a política de cotas nos programas de residência médica. Fazendo uso de termos como “discriminação reversa”, “privilégio”, “tratamento diferenciado” e “mérito”, o texto afirma que, por terem tido acesso aos cursos de medicina através das cotas, pessoas com deficiência, negras, indígenas e quilombolas já teriam chegado ao mesmo patamar de *conhecimento intelectual* daquelas que ingressaram pela ampla concorrência, não sendo justo abrir “vantagens injustificáveis dentro da classe médica” (CFM, 2024).

Um texto indigesto, pois é na mão desses profissionais que se concentra o cuidado, as terapias, o tratamento e o diagnóstico de pessoas com deficiência – que o texto ainda nomeia como “portadores de necessidades especiais”, mostrando uma falta de conhecimento tremenda sobre o assunto. Ninguém *porta* deficiência, pois não se trata de algo que você tira e coloca quantas vezes quiser como um acessório. Tampouco temos *necessidades especiais*. Especial é estar entre os nossos, a natureza, a risada de uma criança, ouvir uma música que nos faz bem, comer um alimento saboroso... o que precisamos de fato é receber suporte adequado e respeito pelo que somos primordialmente: pessoas. O termo *portador de necessidades especiais* reúne, de uma só vez, uma conotação negativa imensa. Perceba que não há o menor vestígio de humanidade e de potência nesse linguajar, reforçando uma imagem de incapacidade, fragilidade, enfim, de algo que é um estorvo.

Esse movimento contrário do conselho federal de medicina às políticas de cotas aponta diretamente para formação desses profissionais de saúde, do desconhecimento e do despreparo que não raro resulta na recusa em assinar o laudo, se valendo de observações que sequer são critérios diagnósticos para o autismo, como: “você se articula bem”, “você olha nos olhos”, “você até estuda e tem amigos”, enfim, são inúmeros os exemplos... Em nome de um suposto “padrão-ouro na formação de especialistas” (CFM, 2024) vemos um mais do mesmo, uma tentativa de manutenção de controle de conhecimento concentrado em um perfil específico – que é muito caro para a medicina. Perfil que, de maneira lamentável, segue reproduzindo cenas e situações de dor e desconforto, colocando uma série de obstáculos para aqueles que escapam por completo a esse ideal branco, neurotípico, vindo da elite e que pouco ou nada sabe sobre nós, nossas vivências. E observe: o obstáculo está posto não só para quem busca o profissional médico, mas para aquelas pessoas que, assim como essas, também são marcadas pelo viés interseccional e buscam *tornarem-se* médicas. São muitas as barreiras, exigindo de nós que o debate se mantenha vivo, a fim de buscar caminhos possíveis para uma vida com dignidade, criando estratégias de fortalecimento com nossos pares para

movimentar outros futuros, futuros onde pessoas com deficiência, com todas as suas inteirezas interseccionais, tenham suas histórias respeitadas e reconhecidas.

## REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

\_\_\_\_\_. **Educação crítica, interseccionalidade e feminismo negro: uma conversa com Patricia Hill Collins**. Notas de conferência. FFP/UERJ, São Gonçalo. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **CFM se posiciona sobre as cotas nas residências médicas**. [Internet]. Brasília: CFM; 2024. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/wp-content/uploads/2024/10/notacfmcotasresidencia.jpeg>. Acesso em: 16 de nov. 2024.

REIS, Anna Luiza Ragonha dos. **Olhares possíveis sobre a crise: medicalização da vida e práticas de cuidado no contemporâneo**. Orientadora: Katia Aguiar. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://app.uff.br/slab/uploads/2015\\_d\\_AnnaLuiza.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://app.uff.br/slab/uploads/2015_d_AnnaLuiza.pdf). Acesso em: 01 de nov. 2024.

RODRIGUES, Aline Tavares de Souza. Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 17, e60188, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a60188>

SANTOS, Abrahão de Oliveira. O cosmodrama e o enterreiramento da pessoa negra. *In*: OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; SILVA, Aline Gomes da; Penna, William Pereira (org.). **Epis-temes negras: oralidades, subjetividades e corporeidades em escritas**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2023. p. 124-143.

## *Palavras quase finais*

*“Não jogue nada fora”*

*Professora Angela Coutinho*

6 anos se passaram desde o dia em que minha amiga de infância falou do processo seletivo que o IFRJ estava abrindo para a especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras aqui em São Gonçalo. Agarrei aquela oportunidade com tanta força que tenho até hoje o lápis que, durante a prova, se partiu ao meio. Lembro de tudo daquele dia: da feira de Neves que sempre acontece aos domingos e estava lá firme e forte próximo ao *campus* em mais um fim de semana, das cores, das vozes, das conversas que corriam soltas entre aqueles que seriam meus futuros colegas de turma, do ânimo que era poder voltar a estudar depois de tantos anos, porque a vida estava acontecendo e eu precisei trabalhar em uma papelaria em condições muito difíceis.

Toda vez que pego o ônibus e vejo o *campus* do IFRJ me lembro de você, professora Angela. Lembro daquela noite de terça-feira perto do Natal, foi na mesma época em que escrevo essas palavras agora, em que você disse para a gente deixar os cadernos na mesa e te seguir até lá embaixo no pátio. A sua ideia era trabalhar semiótica a partir de um *outdoor* que ficava ali pertinho do *campus* – ele ainda está lá, mas agora tem outro anúncio. Foi um momento rápido, mas suficiente para me marcar profundamente e encher de felicidade só em lembrar... Suas aulas sempre tão criativas, cheias de imagens e provocações, eu me sentia de volta à turma de artes no ensino fundamental, eu gostava porque dava para inventar à vontade.

Também lembro do sábado de manhã, decisivo, onde cada estudante tinha que passar por uma espécie de “defesa” do pré-projeto de tcc, mas para decidir quais professores ficariam responsáveis por orientar cada trabalho. Eu pedi para ser a primeira a falar, para tentar de alguma forma ficar livre de uma vez, aliviar a pressão e ansiedade, e foi angustiante que até então nenhum professor tivesse manifestado interesse em me acompanhar naquela empreitada do trabalho final. *Como que eu ia fazer a monografia sozinha se era obrigatória a orientação de alguém?* Fiquei num nervoso danado... Se não me falha a memória, você ainda não tinha chegado, mas assim que entrou na sala, viu meu trabalho e logo assinou o papel que formalizava meu projeto sob sua orientação... Anos depois eu soube que acolher trabalhos que até então passavam despercebidos era uma característica sua, o que para mim faz muito sentido, já que sua aula e presença eram puro afeto.

Infelizmente a pandemia veio, de modo que a gente só teve uma única orientação presencial... E foi naquela noite que você disse para que eu não jogasse nada fora, e que escrevesse mesmo, porque *tudo era importante*. Me disse também para que eu não ficasse com medo da empreitada “*porque aquele não era o trabalho da minha vida, o trabalho da minha vida é viver*”. Aprendizado que jamais vou esquecer, professora.

O tempo passou, trazendo consigo o dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte um. Minha defesa do tcc, intitulada “*(In)visibilidade negra nas produções intelectuais e espaços acadêmicos: contribuições a partir do pensamento de Grada Kilomba*”, fruto de uma inquietação acerca do racismo epistêmico e apagamento de saberes contra-hegemônicos, aconteceu no mesmo dia em que Conceição Evaristo celebrava seu aniversário de setenta e dois anos, nos mostrando que nada é coincidência nessa vida e tudo se cruza. A minha defesa foi à noite, de modo remoto por conta da pandemia da COVID-19... o laudo autista era uma descoberta recente e acabo de me lembrar que, para aquela noite, preparei minha fala no papel, já mostrando um sentido de escrevivência como ferramenta de acessibilidade, ainda que eu não tivesse me dado conta naquele momento. Infelizmente não lembro com inteireza de detalhes tudo que aconteceu por conta do nervosismo, mas recordo de algumas contribuições da professora Maria Gabriella de Castro e da fala inicial do professor Marcelo Soares, recitando um poema de Machado de Assis (que o tempo já não me faz recordar qual era, uma pena). Foi uma noite para guardar no coração esse período tão importante na minha vida, sobretudo porque você estava lá. Nosso último contato foi logo após a defesa... você me ligou, acertamos alguns detalhes finais, eu a agradei profundamente por tudo, por todo incentivo e por acreditar em mim. Você com sua gentileza disse que não tinha nada o que agradecer, e que eu estava pronta para seguir para o mestrado.

Assim aconteceu, o edital de mestrado da UFF foi aberto poucos meses depois da defesa, e minha primeira reação ao abrir o processo seletivo foi chorar copiosamente, acho que por um misto de sentimentos como medo de não conseguir, de acabar esquecendo algo durante as etapas e também pelas lembranças dos cinco anos de uma pálida graduação em psicologia nesse mesmo lugar... Me permiti sentir aquele tanto de coisas, deixei que as lágrimas caíssem todas e, dias após, comecei a elaborar meu projeto, numa continuidade do que a gente construiu lá no IFRJ com a questão do apagamento de epistemologias negras, da oralidade e da literatura, mas agora trazendo um tanto mais desse encontro possível entre a escrevivência de Conceição Evaristo com a interseccionalidade discutida por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, e vendo os contornos e proporções que essas ferramentas foram tomando dentro da minha trajetória enquanto uma pessoa negra e autista.

Em dado momento dessa caminhada no mestrado ouvi que a UFF é entendida como um espaço acadêmico inclusivo, mas que era necessário atentar muito para essa suposta inclusão... uma postura de desconfiança que faz todo sentido, pois tiveram momentos de desgaste e incredulidade, de me deparar com discursos e posturas absurdas logo nos primeiros momentos em que pisei nesse lugar. Mas, tal como lá no IFRJ, também experienciei um outro sentido de academia, que carrega os nossos e celebra os conhecimentos localizados nas experiências vividas, que a história oficial tenta a todo custo apagar.

Nesses momentos, a rigidez acadêmica era esmagada, e aí a gente jogava cores na sua branquura, cheiros, gostos, risos e até lágrimas... Sinto que participar e viver esse movimento inesquecível se deu muito pela primeira escolha que tive que fazer ainda no processo seletivo do mestrado: ter a professora Luiza Oliveira como orientadora, sendo essa a *cena originária*, como ela bem costuma nos dizer. Talvez o caminho tivesse sido completamente diferente caso outra decisão fosse tomada, e foi uma escolha que *cuidei* no maior sentido da palavra, pois seria uma relação de dois anos de pesquisa e de vida... Se meu primeiro ímpeto ao ver o edital de mestrado foi marcado pelo choro ininterrupto, o segundo instante, essa escolha sobre quem poderia orientar meu trabalho, me trouxe sopro de vida, esperança ao habitar um espaço de conhecimento que, se durante a graduação há mais de dez anos só me causou desgaste e sofrimento, hoje é possível, nesse mesmo chão, reconfigurá-lo, pensar uma psicologia aterrada, capaz de acolher minha história, a de meus colegas e, nesse (con)junto, a gente se revigora para caminhar nesse espaço.

E aí fico feliz quando lembro que uma das últimas etapas do processo seletivo (senão a última, já não sei) foi a prova oral, sendo esse o meu primeiro encontro com a professora Luíza, a cena originária. Ali foi a primeira experiência diferente que tive com a UFF depois dos anos de formação... diferente no sentido de que era uma etapa que exigia rigor acadêmico, óbvio, mas onde pude sentir que nesse rigor havia espaço para o afeto, para a vida – e aí em dado momento eu lembrei de você, professora Angela. Naquela prova eu experienciei o cuidado com a vida, com meu projeto que estava ali sendo apresentado, e com o que estava me levando até aquele momento. Cuidado esse que sigo experienciando com você, pois fato é que as duas – professora Luiza e você – me orientaram nesse mestrado, cada uma em seu plano... Sobre isso, há alguns dias senti vontade de rever meu caderno da época da especialização e, como nada é por acaso, encontrei marcada a página com um *email* da professora Luiza – que eu havia pedido anos antes do processo seletivo do mestrado, em alguma atividade na UFF da qual já não recordo, mas que participei como ouvinte – junto da página encontrei as observações que você escreveu no último dia de orientação do nosso trabalho



no IFRJ... Duas cenas separadas por anos completamente distintos, mas que a vida se encarregou de ligar para que o momento de agora fosse possível.

Tudo isso para dizer que você sempre soube de tudo, de tanto. Obrigado por, naquele mesmo primeiro e último dia da orientação presencial, sugerir que eu não jogasse nada fora... Nada é muita coisa para quem passou anos se achando uma sombra, sentindo todo tipo de desencaixe com o resto do mundo e tentando performar um tipo específico para conseguir, de alguma forma, andar nessa corda bamba, *corda branca*. Um passo em falso e já era. Por isso, *não jogar nada fora* tem um significado imenso para essa dissertação, impregnada por cada miudeza e imensidão que compõe a experiência vivida, das situações que as vezes a gente nem se dá conta de imediato e acha que é coisa boba, do se (re)conhecer na história dos nossos... O trabalho é fruto desse resgate de uma vida inteira se vendo em condição de desimportância, de um *tornar-se* que de forma alguma se dá de uma hora para outra, indo aos *becos da memória* para trazer à tona “uma vivência que foi minha e dos meus”, como nos diz Conceição Evaristo (2017).

Conceição Evaristo... a primeira vez que utilizei um instrumental da autora para um trabalho acadêmico foi em 2021, enquanto escrevia o capítulo dedicado ao apagamento das literaturas negras, você lembra? Já faz um tempo. Era um novo horizonte se abrindo, onde eu sentia tremenda empolgação por poder ler e resgatar as contribuições de uma autora negra tão importante para o nosso país, era também um respiro aliviado por finalmente se (re)conhecer, suspender o tanto de abstração teórica que os saberes oficiais tentam nos forçar. Essa sensação de alívio continuou presente durante o processo da dissertação e aos poucos foi se transformando, na medida em que fui entendendo a escrevivência como essa ferramenta tão rica de sentidos... Inicialmente, logo nas primeiras orientações com a professora Luíza, a gente pensava o lugar desse instrumental enquanto método, produção de conhecimento – e devo dizer que absolutamente nada mudou com relação a isso mas, na medida em que a pesquisa avançava com todos os seus cruzamentos entre conceitos e histórias vividas, a escrevivência nos chamou atenção para o fato de que ela carregava também outros sentidos. Penso nisso e me vem na cabeça a imagem das ondas do mar que, aos poucos, vão avançando até tomar toda a praia, a escrevivência foi se espalhando nas nossas vidas.

Diante desse imenso mar de possibilidades que a escrevivência nos oferece, chega a ser estranho pensar na existência de pessoas que, acredite só, ignoram a escrevivência como método. Isso inclusive me lembrou o nosso único dia de orientação presencial, professora, onde você falou dos olhares de desconfiança, dos risinhos debochados que a gente acaba encontrando por aí, desacreditando nossos saberes, nossa produção. Escrevo isso lembrando também do fato de que, numa tentativa de relacionar a escrevivência como algo fruto da psicanálise e, conseqüentemente, de um saber

branco, masculino, europeu, sem deficiência, aí sim essas pessoas “enchem o peito” para endossar o papel da ferramenta... Mas fazem isso saqueando sua origem, apagando toda imagem e contribuição de Conceição Evaristo para tantas áreas do conhecimento, pois a escrevivência não tem seu sentido restrito à literatura, como sabemos – seu conceito segue se espraiando. Durante meu tempo escrevendo a dissertação, também soube de outro projeto de apagamento da escrevivência, dessa vez tentando reduzi-la à uma escrita de si, o que não faz o menor sentido, por não se tratar de um testemunho particularizado que começa e encerra na mesma pessoa – mas talvez isso diga muito sobre a incapacidade desses *intelectuais* de entender para além de suas redomas... E aqui eu concordo quando Patricia Hill Collins (2024) diz que não dá mais para perder tempo com quem não quer dialogar com a gente, precisamos avançar e cuidar dos nossos, pensando estratégias que caminhem em direção a isso.

E é esse um dos pontos que me faz entender as duas ferramentas – escrevivência e intersseccionalidade – propostas por duas autoras negras para pensar a vida, encaminhar futuros para quem segue historicamente *inserido, mantido, empurrado*, nas margens. E a gente sente esses empurrões sendo dados, né? As vezes de um jeito até sutil, meio que fingindo ser sem a intenção de derrubar, mas exigindo um cuidado danado para não bambear, não dar fraqueza nas pernas porque a caminhada é longa e difícil, mas que bom que não é solitária porque a gente tem a gente.

E tudo isso fala de um fortalecimento, a compreensão de que não é possível para gente andar só... Mesmo que eu esteja escrevendo sem a presença de mais pessoas nesse momento por exemplo, carrego comigo você, meus pais, os pares que atravessam minha vida e alimentam todo esse sentido de comunidade, de experiências partilhadas que vão para além das abstrações, pois estão impregnadas pela vida, pelas nossas vidas. É por isso inclusive que essa dissertação carrega um tanto do que vivi ao longo desses dois anos como estudante de mestrado, experienciando no cotidiano os conceitos e por tantas vezes encaminhando novas perspectivas ao estar em comunidade produzindo conhecimento. É a vida com sentido, é a academia tendo suas janelas e portas abertas por nós, para que novos ventos circulem e movimentem esse espaço.

### ***Referências bibliográficas da dissertação***

ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 05 dez. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BIRGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

\_\_\_\_\_. **Educação crítica, interseccionalidade e feminismo negro: uma conversa com Patricia Hill Collins.** Notas de conferência. UERJ, São Gonçalo. 2024.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In:* DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós.** Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

\_\_\_\_\_. **Encerramento da disciplina Práticas psi: oralidades e subjetividades.** Notas de conferência. UFF, Niterói. 2024.

\_\_\_\_\_. **Becos da memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

hooks, bell. “Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens”. **Revista estudos feministas,** Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, 2008.

\_\_\_\_\_. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Resgatar nossa memória. *In:* ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis.** São Paulo: Pólen, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMONADE [Beyoncé]. Parkwood Entertainment, 2016. Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/album/7dK54iZuOxXFarGhXwEXFF>. Acesso em: 30 out. 2024 (13 músicas).

MORAES, Marcia; ALVES, Camila Araújo. O que a universidade aprende e ensina com as pessoas com deficiência durante a pandemia. *In:* MENDES, Amanda et al. (Org.). **Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: Territórios existenciais na pandemia.** Brasil: IdeiaSUS/Fiocruz; Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência; DIHS/Ensp/Fiocruz; UFG, 2020. p. 41-42. Disponível em:

[http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/publicacoes/livros/Livro\\_Dialogos\\_sobre\\_Acessibilidade\\_Inclusao\\_e\\_Distanciamento\\_Social\\_1ed.pdf](http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/publicacoes/livros/Livro_Dialogos_sobre_Acessibilidade_Inclusao_e_Distanciamento_Social_1ed.pdf).

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Ubuntu, ancestralidade e formação. *In: Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: NEFI, 2020. p. 39-51.

OLIVEIRA, Luiza. A busca da oralidade: o encontro com mulheres negras. *In: SANTOS, Abrahão de Oliveira (org.). Saberes plurais e psicologias aterradas: caminhos de pesquisa na psicologia e ciências humanas*. Niterói: Eduff, 2020. p. 51-56.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; SILVA, Aline Gomes da; Penna, William Pereira. Oralidades e escrituras: aterrando a pesquisa no encontro com a experiência vivida do povo negro. *In: OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; SILVA, Aline Gomes da; Penna, William Pereira (org.). Epistemes negras: oralidades, subjetividades e corporeidades em escritas*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2023. p. 23-41.

RODRIGUES, Aline Tavares de Souza. Interseccionalidade e escritura: diálogos possíveis entre deficiência e raça. *Ensino, Saúde e Ambiente*, Niterói, v. 17, e60188, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2023.v17.a60188>

\_\_\_\_\_. **(In)visibilidade negra nas produções intelectuais e espaços acadêmicos: contribuições a partir do pensamento de Grada Kilomba**. Orientadora: Angela Maria da Costa e Silva Coutinho. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Especialização *Lato Sensu*) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

SANTANA, André Luís. Por que a intelectualidade negra não é reconhecida? *In: Alma preta*. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/por-que-a-intelectualidade-negra-nao-e-reconhecida/>. Acesso em: 04 de Novembro de 2023, às 11:54.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. O cosmodrama e o enterreiramento da pessoa negra. *In: OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; SILVA, Aline Gomes da; Penna, William Pereira (org.). Epistemes negras: oralidades, subjetividades e corporeidades em escritas*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2023. p. 124-143.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luíza Rodrigues de. A metodologia do espelho de Oxum na psicologia. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1625>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília, DF: Editora UnB, 2015.

SODRÉ, M. “Diversidade e diferença”. **Revista Científica de Información y Comunicación**, Sevilla, n. 3, p. 5-16, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.



Universidade Federal Fluminense



Instituto de Química e Instituto de Física  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Natureza

Declaramos que o texto intitulado “Deficiência, raça e educação: cruzamentos a partir de uma vivência negra e autista”, de autoria de **Aline Tavares de Souza Rodrigues**, foi aprovado para ser publicado como um capítulo do e-book “Educação Inclusiva e Ensino de Ciências” a ser publicado pela Editora Via Verita com ISBN 978-65-88337-44-8.

Niterói, 6 de dezembro de 2024.

Organizadores:  
Isa Costa  
Lucia da Cruz de Almeida  
Marcelo Monteiro Marques  
Rose Mary Latini Cova

Documento assinado digitalmente  
gov.br ROSE MARY LATINI COVA  
Data: 06/12/2024 12:21:03-0300  
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

ROSE MARY LATINI COVA  
Organizadora

**UFF**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**LABORATÓRIO DE ESTUDOS INTERSECCIONAIS DO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO - LALIDHORIZONTALIDADES****DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que o texto intitulado “O autismo não tem cara: reflexões sobre o diagnóstico a partir de uma perspectiva interseccional e escrevimente”, de autoria de ALINE TAVARES DE SOUZA RODRIGUES, foi aprovado e será publicado no livro Trajetos Negros na Psicologia, editora Via Verita, organizado pelo LALIDHORIZONTALIDADES.



Documento assinado digitalmente

LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Data: 18/12/2024 11:23:51-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

LUIZA OLIVEIRA

COORDENADORA DO LALIDH-ORALIDADES